

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes

**MEDIAÇÃO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE:  
OS MUSEUS**

Dissertação de:

**Maria do Rosário Palma de Melo Azevedo**

**Dissertação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias para a obtenção do grau de Mestre em Museologia**

Orientação de :

**Professora Doutora Margarida Dias Lima de Faria**

Lisboa – 2003

**MEDIAÇÃO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE:  
OS MUSEUS**

**Maria do Rosário Palma de Melo Azevedo**

**Lisboa – 2003**

## RESUMO

O objectivo desta dissertação é o estudo da mediação cultural nos museus. Trata-se de compreender como surgiram os processos e dinâmicas de mediação nos museus, e como estes potenciam a sua função social. Para tal abordámos as várias mudanças e contextos económicos, políticos, sociais e culturais conducentes ao surgimento de processos de mediação, processos que perpassam toda a sociedade, nomeadamente instituições, espaços e 'territórios' culturais, onde se incluem os museus.

No final do século XVIII ocorreram transformações políticas, sociais, tecnológicas e culturais nas sociedades ocidentais determinantes para a estruturação das suas condições de existência actuais. A revolução industrial e as revoluções liberais despoletaram outras 'revoluções' que marcam o início de uma nova era definida por muitos autores como *modernidade* (Berman, 1989; Giddens, 1992 e 2000). A vida, sobretudo nos grandes centros urbanos, alterou-se radicalmente, passando as cidades a ser o palco principal de novas práticas sociais e culturais. Por outro lado, o fenómeno da globalização deu origem a novas dinâmicas económicas, culturais e sociais. Uma dessas dinâmicas – a mediação – surge como uma plataforma onde se articulam, e confrontam, diferentes discursos, constituindo-se como um verdadeiro interface social e cultural, num mundo cada vez mais pautado por tensões potencialmente geradoras de conflito e ruptura.

Procuraremos discutir os eixos definidores do conceito de *mediação*, e a forma como se articulam, transversalmente, com a educação, a organização política (poder local/poder central), a transformação das cidades e da comunicação, levando-nos ao objecto que consideramos aqui prioritário – os museus.

Os museus têm utilizado dinâmicas de mediação nas várias acções culturais, pedagógicas e de divulgação que têm vindo a implementar. O Museu surge assim, como um instrumento, por excelência, de mediação cultural, havendo nos museus portugueses experiências neste âmbito que convidam à reflexão. Neste trabalho será destacada uma dessas experiências, o Projecto Europeu *Museus, Mediadores e Educação de Adultos*, um projecto que privilegia a mediação cultural e a educação ao longo da vida, e que contou com a participação de vários museus europeus, entre os quais o Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

## ABSTRACT

The aim of this essay is to analyse cultural mediation in museums. We will try to understand how processes and dynamics of mediation emerged in museums, thereby fulfilling their social role. Therefore, we refer to the several economical, political, social and cultural changes and contexts which lead to mediation and how it crosses cultural institutions, spaces and 'territories' of which museums are a part.

By the end of the eighteenth century there were political, social, technological and cultural changes in western societies that determined their future until today. The industrial revolution and the liberal revolution encouraged other 'revolutions' that mark the beginning of a new era called, according to some authors, *modernity* (Berman, 1989; Giddens, 1992 e 2000). Life, mainly in great cities, completely changed and the cities became the setting for new social and cultural processes. Furthermore, globalization has given rise to new economical, cultural and social dynamics. One of these dynamics – mediation – has emerged as a platform where various ideas meet and interconnect through different discourses, which became a real social and cultural interface, in a world full of conflict and disruption.

We will try to discuss the main points of mediation, and the way they cross the fields of education, political organization (local power/central power), the evolution of cities and communication, leading us to the main subject of this essay – museums.

Museums have been using dynamics of mediation, mainly through their cultural, education and information programmes. Therefore, the museum is an instrument of cultural mediation, and there are some examples in Portuguese museums that should be considered. One of these examples, the European Project *Museums, Keyworkers and Lifelong Learning* with the Portuguese participation of Museu Municipal de Vila Franca de Xira, proves how important cultural mediation and lifelong learning in museums can be.



## AGRADECIMENTOS

Esta trabalho contou com a preciosa colaboração e a ajuda de muitas pessoas, sem as quais não teria sido possível realizá-lo. Em primeiro lugar, agradeço a todos os professores, em especial ao coordenador do Curso de Mestrado, Professor Doutor Mário Moutinho, pelo enriquecimento do meu trabalho através dos seus ensinamentos, assim como aos meus colegas de curso pela estimulante troca de ideias e experiências.

Um agradecimento muito especial à Professora Doutora Margarida Lima de Faria pela supervisão deste trabalho, e pela amizade, apoio, confiança e estímulo constantes.

Um agradecimento reconhecido à Dra. Clara Camacho, coordenadora da Rede Portuguesa de Museus, e também à Dra. Graça Nunes, Directora do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, e à Dra. Helena Gonçalves, Coordenadora dos Centros Comunitários da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que estiveram directamente envolvidas no Projecto Europeu *Museus, Mediadores e Educação de Adultos*, pela disponibilidade, pelas informações e documentação fundamentais, que muito enriqueceram este trabalho, e sobretudo pela solidariedade profissional.

Gostaria de agradecer a todos os que me disponibilizaram prontamente inúmeras e indispensáveis informações e documentação: Dra. Carla Benites do Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos; Dra. Ana Flores, Directora do Palácio Nacional de Queluz; Professora Doutora Lídia Grave-Resendes, coordenadora do Projecto de Mediação Escolar GESPOSIT; Arq. Flávio Lopes, coordenador do Programa de Incremento do Turismo Cultural; Dra. Elvira Mesquita da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Dra. Elsa Dulce Ferreira, coordenadora do Projecto de Mediação Escolar da Escola Básica 2 Frei António Brandão da Benedita; e ainda aos colegas e amigos Ana Teresa Miranda, Elizabete Nunes, Ana Mafalda Portugal, Maria Rosa Rocha, Francisco Amorim Ferreira, Sofia Vitorino, Jorge Resende, Ana Bela Covão e Maria Dulce Gonçalves.

Agradeço igualmente a todos aqueles que participaram nas actividades educativas que desenvolvi como monitora de Serviço Educativo, nomeadamente os inúmeros estudantes, que muito me têm ensinado.

Por último, agradeço a todos os que me ouviram e aconselharam, em particular à família e aos amigos pela paciência, compreensão, apoio e carinho.

## ÍNDICE

	Páginas
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>Metodologia</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE</b>	<b>17</b>
1. <b>Cultura urbana</b>	<b>22</b>
1.1. <b>Fragmentação urbana e social: novas formas de sociabilidade urbana</b>	<b>24</b>
1.2. <b>Espaço urbano e educação</b>	<b>25</b>
2. <b>Formas de produção e consumo culturais</b>	<b>29</b>
2.1. <b>Segmentação da oferta e procura culturais</b>	<b>35</b>
2.2. <b>As audiências</b>	<b>37</b>
3. <b>Cultura e globalização</b>	<b>39</b>
3.1. <b>Identidade e diversidade cultural</b>	<b>43</b>
3.2. <b>Um mundo 'glocal'</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO II – O CONCEITO DE MEDIAÇÃO</b>	<b>52</b>
1. <b>Os eixos estruturantes do conceito de mediação</b>	<b>52</b>
2. <b>Transversalidade da aplicação do conceito</b>	<b>58</b>
2.1. <b>Mediação e os média</b>	<b>58</b>
2.2. <b>Mediação e diversidade cultural</b>	<b>62</b>
2.3. <b>Mediação entre poder central e poder local</b>	<b>67</b>
2.4. <b>Mediação e educação</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO III – A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DOS MUSEUS PORTUGUESES</b>	<b>75</b>
1. <b>Mediação e museus</b>	<b>75</b>
1.1. <b>A vocação mediadora dos Serviços Educativos</b>	<b>83</b>

1.2. Alguns aspectos da história dos Serviços Educativos portugueses	86
2. O Projecto Europeu <i>Museus, Mediadores e Educação de Adultos</i>	90
2.1. O Museu Municipal de Vila Franca de Xira	96
2.2. O Projecto Europeu e o Programa SÓCRATES	100
2.3. Projectos dos museus participantes	103
2.3.1. Irlanda - Irish Museum of Modern Art	104
2.3.2. Inglaterra - Victoria and Albert Museum	107
2.3.3. Suécia - Stockholm Education	108
2.3.4. Áustria - Gabinete de Mediação Cultural e Museu do Futuro para a Arte, Tecnologia e Sociedade	111
2.3.5. Portugal - Museu Municipal de Vila Franca de Xira	114
2. Considerações finais	118
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>120</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>124</b>
<b>Bibliografia Citada</b>	<b>124</b>
<b>Bibliografia Geral</b>	<b>133</b>
<b>Bibliografia sobre Mediação Cultural</b>	<b>144</b>
<b>Bibliografia sobre Muscologia</b>	<b>148</b>
<b>Legislação</b>	<b>154</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>155</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>161</b>
<b>Anexo I - Carta e Código de Mediação</b>	
<b>Anexo II - Estatuto do Provedor do Leitor do <i>Público</i></b>	
<b>Anexo III - Estatuto do Mediador sócio-cultural</b>	
<b>Anexo IV - Funções de Mediador Cultural para a Educação</b>	
<b>Anexo V - Serviços Educativos segundo a tutela, tipo, localização</b>	



e tempo de existência

**Anexo VI – Entrevista a Clara Camacho**

**Anexo VII – Entrevista a Graça Nunes**

**Anexo VIII – Entrevista a Helena Gonçalves**

**Anexo IX – *V&A Voices***

**Anexo X – *Saberes e Sabores de Todas as Cores***

## INTRODUÇÃO

*“Minha aldeia é todo o mundo.  
Todo o mundo me pertence.  
Aqui me encontro e confundo  
com gente de todo o mundo  
que a todo o mundo pertence.*

*Bate o sol na minha aldeia  
com várias inclinações.  
Ângulo novo, nova ideia;  
outros graus, outras razões.  
Que os homens da minha aldeia  
são centenas de milhões.”*

António Gedeão, *Poesias Completas (1956-1967)*

Nas sociedades ocidentais têm-se vindo a acentuar as transformações políticas, sociais, tecnológicas e culturais resultantes da revolução industrial e das revoluções liberais, a partir do final do século XVIII, e do projecto de modernidade que elas iniciaram. É sobretudo na cidade que estas transformações encontraram o cenário propício à sua implementação, assim como os interlocutores que protagonizaram fenómenos de desagregação, e de construção, bem como o aparecimento de novas práticas sociais e de novas formas de ‘fazer’ cultura, de feição marcadamente urbana e fundamentalmente globalizante. Uma dessas formas é a que designaremos como **mediação cultural**, enquanto plataforma onde se articulam diferentes discursos, constituindo-se como um verdadeiro interface cultural e social.

Um dos palcos destes processos mediadores tem sido a instituição **museu** definida pelos sociólogos da cultura como pertencendo ao campo da cultura dita ‘cultivada’, com tendência a alargar cada vez mais o seu âmbito social de influência, através de várias iniciativas, nomeadamente as levadas a cabo pelos seus Serviços Educativos. Aos Serviços Educativos cabe, cada vez mais, afirmar essa vocação mediadora através de acções culturais, pedagógicas e de divulgação, na perspectiva de uma nova prática social.

A escolha do tema desta dissertação, **os museus como mediadores culturais**, surge na sequência do trabalho que temos vindo a desenvolver num museu, há cerca de quinze anos, em contacto directo com o público, e do envolvimento no seu Serviço Educativo nos últimos oito anos. Ao longo destes anos apercebemo-nos que os museus mais do que transmissores e ‘tradutores’ culturais, actuam, de uma forma dinâmica e pedagógica, como mediadores entre os seus públicos e as comunidades mais próximas, num âmbito mais restrito, e como mediadores entre os seus públicos e a comunidade, no sentido mais lato do termo. Os museus podem assim constituir-se como uma ponte de acção entre as audiências e a sociedade. O Museu torna-se, deste modo, gerador de novas práticas culturais e sociais empenhando-se de forma consentânea na procura de novos ‘caminhos’ e de respostas a problemas, num mundo cada vez mais marcado pelo confronto entre diferentes perspectivas culturais e diversas visões do *outro*. É neste sentido que se assume o âmbito deste trabalho, como sendo basicamente sociológico, posto que no Museu se actualizam diferentes práticas culturais e sociais, que por sua vez vão adquirindo novas configurações constituindo-se noutros processos e representações sociais<sup>1</sup>.

Pretende-se, assim, compreender os diferentes contextos que permitiram a emergência de dinâmicas e processos mediadores na modernidade, e como eles actuam no âmbito de instituições e ‘territórios’ culturais, muito particularmente nos museus. Por outro lado, pretende-se também entender qual a projecção de experiências de mediação cultural no panorama museológico português.

Nesse sentido, foi escolhida uma experiência levada a cabo pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira no âmbito do Projecto Europeu *Museus, Mediadores e Educação de Adultos*, para uma análise mais aprofundada deste processo. A escolha desta experiência deve-se ao facto de ser a única que conhecemos com a intenção clara de se constituir como um processo de mediação, que tem como principais objectivos o incremento da aprendizagem ao longo da vida e a inclusão social, num concelho marcado por uma forte afluência de emigrantes de países africanos. É também a única que através de inquéritos, trabalho de campo e estudos de caso, procurou avaliar práticas de mediação e dos seus protagonistas, as quais envolveram não apenas Portugal, mas todos os países participantes neste projecto.

---

<sup>1</sup> Refira-se, neste âmbito, o trabalho de Gabriela Cavaco *O Museu enquanto espaço de de aprendizagem e lazer. Representações sociais das crianças*, 2002.



A presente dissertação é constituída por três capítulos, estruturados a partir do geral para o particular. No capítulo I são apresentados os contextos em que os fenómenos de mediação ocorrem: sociedades modernas marcadas pela cultura urbana, e pelas novas formas que vêm assumindo a produção e o consumo de bens culturais e simbólicos no seu seio, tendo como pano de fundo a diversidade cultural, o desenvolvimento de novas tecnologias e o fenómeno da globalização.

Em seguida, no capítulo II, analisam-se os vários conceitos e práticas de mediação, entendidos enquanto interface social e cultural. Exemplificam-se algumas dessas práticas, especialmente aquelas que actuam num campo social e cultural mais abrangente, pois envolvem um maior número de protagonistas e instituições culturais, e repercutem-se em toda a sociedade: a mediação e os média, a mediação e a diversidade cultural, a mediação entre poder central e poder local, e ainda a forma como a mediação se articula com a educação e com a ideia de cidadania.

No capítulo III desenvolver-se-á o papel dos museus como mediadores culturais, sendo apresentado um exemplo prático - o Projecto Europeu *Museus, Mediadores e Educação de Adultos*, atrás referido. O museu é apresentado, deste modo, nas suas várias vertentes: como instituição cultural e social, como recurso pedagógico e lúdico, como espaço para o desenvolvimento de competências ao longo da vida, e de educação para a cidadania.

Trata-se, desta forma, de tentar desenvolver uma linha de análise que acreditamos ser fundamental para revitalizar a instituição *museu* inserindo-a em processos dinâmicos de mudança social e cultural.

## **Metodologia**

Tendo tomado contacto pela primeira vez com o conceito de mediação e com experiências de mediação em museus<sup>2</sup>, achámos interessante, e importante, para a nossa

---

<sup>2</sup> Em Abril de 2000 realizou-se em Vila Franca de Xira o seminário Europeu *Museus, Mediadores e Educação de Adultos*, no qual participámos, com o objectivo de divulgar o Projecto Europeu com o mesmo nome, apoiado pela Comissão Europeia, no âmbito do Programa SÓCRATES. Neste seminário divulgaram-se também experiências portuguesas que reflectiram sobre as relações dos museus e a educação de adultos.



prática profissional aprofundar o estudo desta nova abordagem e forma de interacção cultural e social entre museus e a sociedade. O objectivo inicial foi a compreensão de como se geram as dinâmicas e os processos mediadores nos museus, e as suas repercussões na comunidade, através da estruturação e realização dum projecto de mediação que servisse de objecto de análise para este trabalho.

Propusemo-nos, então, realizar uma experiência de mediação entre o Museu Calouste Gulbenkian e a comunidade próxima, tendo como intervenientes, a Comunidade Islâmica de Lisboa e a Escola do Ensino Básico 2º e 3º Ciclos Marquesa de Alorna. Tendo o Museu Calouste Gulbenkian fechado para obras de beneficiação no período da elaboração deste trabalho, a proposta inicial foi abandonada por não ser executável. O facto de termos sido forçados a abandonar esta experiência impediu a realização de um estudo de caso original.

Em 2000 o Instituto de Inovação Educacional iniciou o Projecto e-Epoca: Educação e Património. Este projecto tinha como principal vector a educação para o património. O principal objectivo foi a produção de materiais pedagógicos *on-line*, disponibilizando, desta forma, recursos pedagógicos transdisciplinares para uma abordagem inovadora da relação Escola-Museu. Tratava-se de um caso de mediação cultural, em que o mediador institucional era o Instituto de Inovação Educacional, e o mediador material o suporte informático. Decidimos, por isso, escolher esta iniciativa para analisar no âmbito deste trabalho. No entanto, tivemos que fazer nova escolha, pois este projecto não se desenvolveu, devido à extinção do Instituto em 2002.

Depois de efectuar alguns contactos informais no sentido de encontrar projectos portugueses de mediação cultural em curso ou já estudados, optámos por escolher como objecto de análise no âmbito deste trabalho o já referido Projecto Europeu, no qual o Museu Municipal de Vila Franca de Xira participou. Esta decisão deve-se ao facto de não haver casos assumidos de mediação nos museus portugueses, à excepção deste projecto. Normalmente projectos que recorrem a práticas e dinâmicas de mediação são considerados projectos de colaboração, de parceria ou de envolvimento com a comunidade, como é o caso de outras experiências apresentadas no já citado seminário. Por outro lado, como este projecto não se restringe estritamente ao âmbito museológico nacional, permite-nos estabelecer comparações

com projectos congéneres noutros países europeus, ajudando a ter uma visão mais abrangente do fenómeno da mediação nos museus.

Iniciámos, de seguida, uma recolha geral, registo e sistematização de informações e dados de carácter empírico e qualitativo sobre mediação, educação, aprendizagem ao longo da vida e museologia, apoiando-nos, simultaneamente, em conversas informais com profissionais de museus.

Confrontámo-nos com algumas dificuldades que advêm, sobretudo, do facto de haver ainda poucos trabalhos publicados neste âmbito. Apesar das inúmeras referências bibliográficas nas obras consultadas nos indicarem novos caminhos, não foi fácil encontrar obras editadas no âmbito da museologia, do património e da educação nos museus, nos arquivos e bibliotecas portuguesas<sup>3</sup>.

Outras das causas apontadas por alguns profissionais de museus que contactámos são a falta de tempo para uma reflexão crítica aprofundada sobre experiências originais e inovadoras neste âmbito, assim como a falta de financiamento para publicações que sistematizem essas mesmas experiências.

No entanto, muitas das fontes documentais, no âmbito da Sociologia da Cultura, de autores tanto portugueses, como estrangeiros, abriram-nos novas perspectivas, determinantes no enquadramento teórico deste estudo, e na compreensão do Museu como instituição e espaço social.

Acresce referir que foram também auxiliares fundamentais os artigos publicados em periódicos da especialidade, e as inúmeras notícias da imprensa, quer em suporte gráfico, quer *on-line*, que nos foram dando 'pistas' actualizadas sobre o que se passa no nosso país, e no estrangeiro, no âmbito dos temas tratados nesta dissertação. Verificámos também que muitos investigadores portugueses disponibilizam os seus trabalhos, não só através da sua oferta a

---

<sup>3</sup> O mesmo se verifica, de resto, noutros campos da cultura, o que levou Alexandre Melo a afirmar:

*"uma outra característica extremamente gravosa para o desenvolvimento das dinâmicas culturais e dos processos criativos em Portugal (...) é a ausência ou extrema insuficiência dos mecanismos de transmissão das práticas e experiência cultural acumuladas e da informação e memória históricas"* (Melo, 1999, p.81).



bibliotecas públicas, mas também publicando-os num suporte cada vez mais acessível ao grande público – a *Internet*.

Em relação à bibliografia específica sobre mediação esta é escassa, e a de autores portugueses que se encontra publicada corresponde, na grande maioria, a dissertações de Mestrado, o que mostra o interesse pelo estudo dos dispositivos de mediação, hoje considerados fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que se vão gerando nos mais diversos contextos. Para a análise dos exemplos de mediação cultural em Portugal recorreremos aos eixos estruturantes dum processo de mediação definidos por Helena Almeida (Almeida, 2001), a entrevistas semi-estruturadas, assim como a conversas informais com alguns participantes desses mesmos exemplos.

Constatámos também que a maior parte das obras estrangeiras publicadas são de autores franceses ou ingleses, o que se deve muito provavelmente ao facto de se tratarem, tanto no caso de França como em Inglaterra, de países com um passado histórico colonial e com índices de emigração elevados. Nestes países a profissão de mediador está institucionalizada, havendo, por isso, diversas instituições responsáveis pela formação destes profissionais.

Por outro lado, em Portugal, nem todos os museus têm consciência de utilizarem processos e dinâmicas de mediação no desenvolvimento dos seus projectos, como já foi referido, o que também justifica o facto de não haver bibliografia específica sobre mediação nos museus, indispensável neste trabalho a uma reflexão e a uma análise mais aprofundada deste tema. Assim, recorreremos sobretudo à bibliografia publicada no âmbito deste projecto da responsabilidade da Universidade de Surrey e dos museus participantes, a documentos publicados pela Comissão Europeia sobre o Projecto SÓCRATES, aprendizagem ao longo da vida e educação, e a entrevistas aos responsáveis das instituições participantes. O facto deste projecto já ter concluído quando optámos por o apresentar neste trabalho, não permitiu fazer uma observação participante.

Dos contactos feitos, tanto com responsáveis de entidades estrangeiras como portuguesas, a solicitar entrevistas ou resposta a questionários, só obtivemos três respostas favoráveis que se concretizaram nas entrevistas a participantes no projecto português, a citar, Clara Camacho, directora do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) na Fase I e

II do Projecto, Graça Nunes, Directora do MMVFX na Fase III do Projecto, e Helena Gonçalves, Coordenadora do Projecto de Luta Contra a Pobreza na Fase II do Projecto. Os contactos com os participantes estrangeiros teriam sido fundamentais para sabermos da continuação de práticas de mediação nos seus museus.

Quando tivémos conhecimento do documento programático da Rede Portuguesa de Museus (RPM), no qual esta estrutura é definida como um sistema de mediação, equacionámos qual a relação do conceito de mediação expresso no Projecto Europeu e o seu 'eco' na RPM e no panorama museológico português, uma vez que a responsável numa fase inicial, veio a integrar posteriormente a equipa da RPM como sua coordenadora. Recorremos, assim, a bibliografia editada pela RPM e a uma entrevista semi-estruturada com a responsável da já referida Rede para uma visão mais abrangente do fenómeno da mediação.

Para além da informação documental já citada, um auxiliar fundamental foram as várias conversas informais, entrevistas exploratórias e entrevistas semi-estruturadas que mantivemos com profissionais envolvidos em experiências de mediação cultural, escolar e social, nomeadamente com os responsáveis directamente envolvidos no projecto apresentado, e com profissionais de museus e espaços expositivos, que muito enriqueceram este trabalho com os seus conhecimentos e vivências.

Um auxiliar também fundamental foi a experiência acumulada o longo de anos de trabalho em museus. Muitos dos dados e informações aqui expostos reflectem essa experiência que resulta do contacto diário e regular com o público, com profissionais de museus, e de outras áreas profissionais afins.

A tradução das citações é da nossa responsabilidade.



## CAPÍTULO I - PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

*“O período moderno – mais ou menos desde o século XVIII até aos dias de hoje – assistiu a uma aceleração extraordinária nos processos de mudança. Houve provavelmente alterações mais profundas neste período, que é apenas uma pequena fracção de tempo na história humana, do que em toda a existência anterior da humanidade”*

Anthony Giddens, *Sociologia*

Os museus são espaços públicos onde se entrecruzam e interagem diferentes mundos culturais e sociais, e geram, deste modo, dinâmicas e processos sócio-culturais, sendo a mediação um deles. Mas a mediação não se restringe só ao mundo dos museus; a mediação cultural é um fenómeno da modernidade, transversal a toda a sociedade e as suas instituições, entre os quais os museus se incluem.

Para melhor compreendermos e contextualizarmos o fenómeno da mediação cultural, iremos abordar, neste capítulo, as transformações sociais e culturais, que caracterizam a modernidade ocidental e os processos de globalização e localização que a definem no cenário da actualidade.

As sociedades do mundo ocidental têm sofrido mutações importantes ao longo do tempo. As grandes transformações sociais e culturais, com repercussões mais directas na sociedade actual, ocorreram sobretudo a partir do século XVIII, em consequência da revolução industrial e das revoluções liberais, que precipitaram a queda do absolutismo político do Antigo Regime. Estas, no entanto, contribuíram para o advento e consolidação das democracias liberais forjadas em ideais de Liberdade, Igualdade e Cidadania, e responsáveis pela génese do Estado moderno, os quais prevalecem ainda hoje como fundamentais no alicerçar dos sistemas políticos democráticos das sociedades ocidentais. Referimo-nos ao início de um processo definido por muitos autores como *modernidade* e que significou, basicamente, a desestruturação das formas tradicionais de ordenação social e de modos de vida, e a alteração drástica das dimensões de espaço e de tempo, e o seu reordenamento.

Na época pré-industrial, a vida social e cultural tinha uma relação indissociável com a natureza e era organizada em torno dos seus ciclos (trabalho, actividades agrícolas, festas, etc.). Por outro lado, as lutas pelo poder e pela defesa do território, marcavam o quotidiano das populações com guerras e invasões constantes. Os progressos crescentes da industrialização quebraram esta relação tão estreita com a natureza, e com uma relação entre espaço e tempo relativamente fixa (Adorno, 1997). Assistiu-se fundamentalmente à desestruturação drástica das sociedades rurais forçadas a adoptar o modelo imposto pelo sistema das sociedades industrializadas, que se torna dominante, e no seio do qual se afirma a supremacia da burguesia, o advento do capitalismo e a produção mecanizada em massa. Marshall Berman descreve sucintamente as grandes transformações que conduziram à modernidade, num contexto de globalização afirmando:

*“se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do séc. XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de máquinas a vapor, fábricas automatizadas, linhas de caminho de ferro, novas e amplas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros mass média, que comunicam numa escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massas, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com os seus próprios meios de baixo para cima; um mercado mundial que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo excepto solidez e estabilidade” (Berman, 1989, pp.18-19).*

Por outro lado, as dimensões de espaço e de tempo assumiram novos aspectos. Impuseram-se concepções diferentes de espaço – espaço rural *versus* espaço urbano – e de tempo – tempo de lazer *versus* tempo de trabalho, tempo da ‘natureza’ *versus* tempo da ‘produção’ - assim como entre tempo cronológico e tempo tecnológico. Para além disso, a relação entre o espaço e o tempo sofreu importantes alterações. Nas sociedades pré-modernas o espaço e o tempo geralmente coincidiam, visto a dimensão espacial da vida social, e das actividades económicas, estarem confinadas ao local. Nas sociedades modernas, pelo contrário, o espaço e o tempo são duas realidades cada vez menos coincidentes e mais



distantes: o espaço alarga-se, o tempo comprime-se. Como refere Anthony Giddens (Giddens, 1992):

*“o advento da modernidade arrancou crescentemente o espaço ao lugar, dado promover relações entre ‘outros’ ausentes, fisicamente distantes de qualquer situação de interação face-a-face. Nas condições da modernidade, o lugar torna-se cada vez mais fantasmagórico: quer isto dizer que o local é completamente penetrado e modelado por influências sociais muito distantes.”* (Giddens, 1992, p.14).

É neste contexto que, na opinião ainda de Anthony Giddens, ocorrem os mecanismos de descontextualização dos sistemas sociais:

*“por descontextualização, refiro-me à ‘desinserção’ das relações sociais dos contextos locais de interação e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo”* (Giddens, 1992, p.16).

Surgiu também uma nova relação do homem com o trabalho devido à rápida evolução tecnológica dos instrumentos e equipamentos de trabalho, à alteração das condições de produção, ao afastamento do local de trabalho do local de residência, e a *“um novo sistema de trabalho marcado pela impessoalidade das relações de mercado que rompe com a tradicional identidade entre trabalho-habilidade-técnica-trabalhador”* (Adorno, 1997, p.111). Ulrich Beck refere também o crescente processo social de individualização como um aspecto importante desta nova relação, sendo a entrada no mundo de trabalho o principal responsável pelo desencadear deste processo; na sua obra *Risk Society: Towards a New Modernity* ele afirma:

*“o processo de individualização (...) é também característico do profissional liberal do capitalismo moderno, da dinâmica dos processos do mercado de trabalho, da mobilidade no trabalho, educação e emprego temporário. A entrada no mundo do trabalho dilui estas ligações e relaciona-se cada vez mais com ‘libertações’, num duplo sentido, das redes tradicionais e dos condicionalismos do mercado de trabalho. Família, vizinhança, e até os amigos, assim como as ligações a uma cultura regional e rural, contradizem a mobilidade individual e a mobilidade do indivíduo exigida pelo mundo do trabalho”*<sup>4</sup> (Beck, 1986, pp.87-88).

---

<sup>4</sup> *“the process of individualization (...) is also characteristic of the ‘free wage laborer’ in modern capitalism, of the dynamics of labor market processes, labor mobility, education and changing occupation.*



O cenário privilegiado destes processos foi, e é, a cidade; é sobretudo nas zonas urbanas, com maior concentração demográfica, que surgiram novas formas de interação social que imprimiram mudanças radicais não só no espaço urbano, mas para além das suas fronteiras, consequência da nova redistribuição geográfica, profissional e económica da população imposta pela industrialização. As cidades transformaram-se também em centros aglutinadores e geradores de poder.

Verificou-se, também, uma crescente melhoria do nível económico das populações, sobretudo da qualidade de vida das classes médias, permitindo que o lazer e a diversão viessem a ocupar um lugar importante num tempo liberto do trabalho. Mas essa qualidade de vida tem vindo a ser ameaçada por problemas ambientais, que se iniciaram com a era industrial, e que a partir do final do século XX se agravaram consideravelmente. A perda de qualidade ambiental tem induzido uma perda gradual de qualidade de vida e a alteração dos modos de vida à escala global.

Apesar do advento da democracia, que advoga a igualdade do cidadão perante a lei e a defesa dos direitos e liberdades individuais, e apesar do aumento da intervenção social do Estado, persistem situações de desigualdade económica e social, que contribuem para a aceleração contínua de formas de fragmentação e segmentação sociais. Agravaram-se as clivagens sociais ocasionando o aparecimento de novos grupos sociais que se identificam com determinados estilos de vida, o que corresponde a movimentos de carácter mais estético-simbólico, do que propriamente económico.

A implementação de novos sistemas de educação ligados ao alargamento do ensino obrigatório de acordo com os ideais de igualdade consistentes com o sistema democrático, o aparecimento e o desenvolvimento de redes de transportes e telecomunicações, os novos recursos energéticos e a constante inovação tecnológica, desencadearam processos de descentralização, internacionalização, intercomunicação, migração, encurtamento das distâncias e aumento da mobilidade, processos estes que evoluíram de forma rápida e se

---

*The entry into the labor market dissolves such bindings and is connected over and over again with 'liberations' [Freisetzungen] in a double sense from traditional networks and the constraints of the labor market. Family, neighbourhood, even friendship, as well as ties to a regional culture and landscape, contradict the individual mobility and the mobile individual required by the labor market".*

tornaram fundamentais no processo dinâmico de construção do que é hoje o fenómeno da globalização.

Na opinião de Sérgio Adorno o quotidiano é um espelho de todas estas transformações e ele próprio é redefinido constantemente, sendo actualmente pautado sobretudo pelas novas tecnologias, pela informação, pela imagem e pelas consequentes representações. O mesmo autor afirma:

*“a máquina é substituída pela informação, a fábrica pelos shoppings centers, o contacto pessoal é dramatizado e radicalizado pela intermediação do vídeo. O quotidiano converte-se em clip, sua lógica a da mixagem. A estética impregna os objectos, ocorre a personalização e erotização do mundo das mercadorias; o mundo social desmaterializa-se, passando a ser signo, simulacro, hiper-realidade. Daí o peso atribuído às técnicas visuais”* (Adorno, 1997, p.116).

Todos estes factores modificaram o tecido social fazendo surgir novos modos de vida e padrões de sociabilidade, novos sistemas de representação social, valores e identidades, e uma ‘nova’ cultura cosmopolita, plural e em constante mutação, marcada irreversivelmente pela urbanidade. A modernidade operou mudanças irreversíveis muitas das quais tiveram na base inovações com repercussões dramáticas. Roberto Carneiro aponta, de forma sucinta, essas inovações:

- *“novas formas de criar*
- *novos processos de produzir*
- *novos modelos de gerir*
- *novas organizações de trabalho*
- *novos mecanismos de entretenimento*
- *novos estilos de vida e diferentes percepções de valores*
- *novas fontes de conhecimento”*

(Carneiro, 2001, p.171).

No entanto, a modernidade defronta-se com várias tensões dialécticas que caracterizam a sua própria dinâmica e a complexidade nela contida. Para Boaventura Sousa Santos existem essencialmente três tensões dialécticas:



- entre regulação social e emancipação social;
- entre o Estado e a sociedade civil;
- entre o Estado-nação e a globalização (Santos, 2001).

Neste contexto, o fenómeno da mediação emergiu, como desenvolveremos a seguir, como uma dinâmica social de negociação, que visa não encontrar soluções, mas abrir novos ‘caminhos’ traçados através do consenso e de uma melhor articulação de sinergias social e culturalmente diversas.

### 1. Cultura urbana

A cidade tornou-se no cenário principal das transformações que conduziram à modernidade, como já foi referido:

*“a cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos. Nesta sua implosão, a cidade torna-se uma alegoria da sociedade”* (Fortuna, 1997, p.4).

Foi também nas cidades que primeiro se desenvolveram as infra-estruturas básicas e equipamentos que foram, e são, o suporte material destas transformações, tal como afirma Teresa Barata Salgueiro:

*“foi na cidade que começou a haver água canalizada, distribuição domiciliária de luz e gás, aí se concentram os serviços administrativos (câmaras, governo, tribunais), escolares e de saúde de nível mais alto; aí se encontram os monumentos mais imponentes, as praças, os parques, as diversões, a cultura erudita, o movimento. Aí as coisas acontecem”* (Salgueiro, 1992, p.31).

As cidades tornaram-se assim, para além de pólos sociais, políticos, e económicos, pólos culturais, com espaços públicos ligados predominantemente à cultura ‘cultivada’ - bibliotecas, arquivos, galerias de arte, museus, livrarias, óperas e teatros - mas também à cultura de massas - cinemas, bares, grandes espaços comerciais, clubes, etc. As cidades tornaram-se deste modo, lugares privilegiados da produção e do consumo cultural. A



cultura urbana constitui-se deste modo como “*um factor incontornável de democratização*” pois pode

*“ser um importante instrumento de alargamento dos públicos culturais. Permitindo romper o fechamento atávico da Cultura, com C grande, e superar preconceitos que barravam a sua abertura a novos públicos e a abertura de novos públicos às suas propostas”* (Silva, et al., 2002c, p.193).

Em suma, pode-se definir a cultura urbana como:

*“uma combinação dos espaços e hábitos culturais que hoje já não se consideram como sendo apenas das classes dominantes por oposição aos das classes dominadas. O seu carácter transclassista e a sua transversalidade social originam uma partilha de diferentes objectivos com repercussões, quer individuais, quer colectivas, para todos os grupos sociais”* (Faria, 2002, p.324).

No caso de Portugal, num estudo efectuado em 1997 no Porto, Aveiro, Braga, Coimbra e Guimarães, denominado ‘*As práticas e os gostos: Uma sondagem do lado das procuras de cultura e lazer*’, considera-se que a dinâmica cultural urbana se encontra estruturada em três patamares segundo o seu grau de acessibilidade:

- *“Num primeiro, caracterizado ao mesmo tempo pelo maior grau de acessibilidade social, pela maior proximidade com os lazeres elementares e pela exposição aos grandes meios de comunicação social, cabem actividades como a deambulação por centros comerciais, o televisionamento, a audição de rádio, a leitura dos jornais e revistas de maior circulação.*
- *Um segundo patamar acolhe formas de cultura e lazer por assim dizer intermédias, como a frequência do cinema, a prática da fotografia, a leitura de imprensa hebdomadária ou especializada (como os jornais desportivos), a ida a discotecas ou a bares com animação musical.*
- *Um terceiro compreende as formas culturais socialmente menos acessíveis, ou mais reservadas, mais exigentes em meios de interpretação, mais distantes da experiência quotidiana, tais como as já referidas literatura, artes plásticas ou música erudita”* (Silva, et al., 2002b, p.110).

Assim, dois dos factores determinantes na relação do público com a oferta cultural é a maior ou menor distância, e a maior ou menor capacidade de acessibilidade do público aos

bens e acontecimentos culturais. Estes factores são, por sua vez, muito importantes na captação e formação de públicos, e na consolidação dos hábitos e dos gostos (Silva, *et al.*, 2002b).

Referiremos, de seguida, as repercussões que as transformações nas cidades tiveram na vida social e cultural das suas populações, sobretudo em relação ao aparecimento de novas formas de sociabilidade, e à forma como os novos sistemas de educação se articulam com a evolução urbana.

### **1.1. Fragmentação urbana e social: novas formas de sociabilidade urbana**

A expansão das cidades e o crescimento acelerado da população urbana, que se tem verificado sobretudo a partir do século XIX, consequência directa da industrialização, constituíram, um ponto de viragem crucial na vida social. Nas zonas urbanas o facto de as interacções sociais e os sistemas de interajuda se terem intensificado e alargado, e as pessoas viverem mais próximas umas das outras, não significa que se conheçam e que o seu leque de relações pessoais se tenha alargado. Pelo contrário, as relações sociais são mais impessoais, anónimas e indirectas, e consequentemente menos gratificantes (Giddens, 2000). Algumas causas podem ser apontadas:

*“o desenraizamento ligado às migrações e ao êxodo rural, o desmembramento das famílias, a urbanização desordenada, a ruptura das solidariedades tradicionais de vizinhança”* (Delors, 2000, p.46).

Se, por um lado, se assistiu a um reforço, aumento e diversificação das relações, por outro lado, agravou-se o individualismo e a solidão social e cultural. As situações de interdependência que se intensificaram não evitaram um processo crescente de fragmentação, e até nalguns casos extremos, de marginalização, segregação e intolerância, dada a natureza superficial, e cada vez mais casual e efémera das relações sociais, e as situações de conflitualidade daí decorrentes.

Também o ritmo de vida acelerado das cidades, a distância entre o local de trabalho e o local de residência, e o facto de não haver espaços de sociabilidade comparáveis aos das sociedades tradicionais, não permitem o desenvolvimento de relações interpessoais fortes



como as que se verificam nas pequenas localidades rurais. Ainda a 'instalação' de meios de comunicação de consumo de massas no quotidiano, sendo o mais importante a televisão, vieram ocupar grande parte do tempo anteriormente dedicado a actividades de lazer fora do espaço doméstico, ou seja, com uma dimensão colectiva partilhada na esfera pública. Neste sentido, certas instituições culturais como os museus podem constituir-se como um importante local de sociabilidade

*"os museus como espaços públicos normalmente situados em zonas centrais das cidades podem constituir-se como espaço de reactivação dessas sociabilidades perdidas. Os museus podem ter o sentido social dos antigos adros de igreja, dos cafés centrais, das praças públicas, ou parques, enquanto espaços de encontro e convívio"* (Faria, 2001, p.6).

Por outro lado, com a crescente afluência de imigrantes às cidades têm-se desenvolvido comunidades coesas e solidárias unidas por laços de parentesco e redes de afinidades culturais, fomentando novas formas de relacionamento, formando uma verdadeira trama de subculturas, muitas delas mantendo aspectos comuns à vida social das comunidades rurais, transformando, deste modo, as cidades num conjunto complexo de pólos multiculturais (Giddens, 2000). Não estamos perante uma cultura dominante em contexto urbano, mas cada vez mais um mosaico de culturas enformadas pela matriz urbana.

## **1.2. Espaço urbano e educação**

Se é na cidade que a cultura da modernidade encontrou o meio privilegiado para se expressar e desenvolver, é igualmente neste mesmo meio que melhor cumpre a sua missão educacional. Paralelamente ao desenvolvimento do processo de industrialização e expansão das cidades, surgiram modernos sistemas de educação ligados ao alargamento do ensino obrigatório, assim como ao uso crescente de documentação impressa de ampla divulgação de ideias e sistemas de gosto.

Os governos dos países ocidentais foram investindo, cada vez mais, na educação da população, sobretudo na educação das classes médias urbanas. À medida que se foram alicerçando as infra-estruturas básicas do ensino obrigatório, novas questões e objectivos



foram sendo equacionados. Surgiram assim, novas teorias da educação ligadas às novas práticas e aos novos contextos sociais. É neste contexto que Roberto Carneiro afirma:

*“na medida em que as instituições evoluem a um ritmo crescente e que se complexifica a vida em comum, maior apelo se faz a conhecimentos e saberes que habilitem a pessoa ao exercício pleno dos seus direitos e deveres, sociais e de cidadania. Esse processo de habilitação – empowerment – tem de se operar ao ritmo e em consonância com as transformações que a sociedade vai impondo a si própria e aos seus membros, por forma a não excluir nenhum deles (...) o aprender vale sobretudo pelo que contribui para ganhar inteligibilidade sobre a vida e sobre o mundo”* (Carneiro, 2001, p.30).

Neste sentido, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da UNESCO evidencia o papel fundamental das políticas educativas como:

*“um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações”* (Delors, 2000, p.11).

Esta Comissão sublinha também o importante contributo das políticas educativas para se ultrapassarem as principais tensões do século XXI:

- a tensão entre o global e o local;
  - a tensão entre o universal e o singular;
  - a tensão entre a tradição e a modernidade;
  - a tensão entre as soluções a curto e a longo prazo;
  - a tensão entre a competição e a igualdade de oportunidades;
  - a tensão entre o desenvolvimento exponencial dos conhecimentos e as capacidades de assimilação por parte do homem;
  - a tensão entre o espiritual e o material
- (Delors, 2000).

A educação para a cidadania, o pluralismo, a diversidade cultural, a inter e a transdisciplinaridade, a criatividade e o desenvolvimento integral do indivíduo, constituem, pois, os vectores principais de uma nova cultura de aprendizagem:

*“o desenvolvimento de competências na Educação para a Cidadania é fundamental. A escola ensina a fazer uso do conhecimento e da informação na compreensão da*

*realidade, sendo que o conhecimento ajuda a promover cidadãos mais participativos e interventivos” (Instituto de Inovação Educacional, 2001, p.IV).*

Neste contexto, Roberto Carneiro aponta algumas interpelações urgentes para sedimentar uma cultura de aprendizagem:

- *“aprender a organizar múltiplas fontes de informação,*
  - *aprender a aprender da experiência (conhecimento experiencial),*
  - *tratar as dimensões sociais da formação do conhecimento,*
  - *aprender a auto-regular o esforço para aprender,*
  - *aprender a esquecer e a desaprender quando necessário, e conseguir espaço para novo conhecimento,*
  - *combinar - em dosagem adequada – conhecimento codificado e tácito,*
  - *transformar constantemente conhecimento inerte em activo”*
- (Carneiro, 2001, p.163).

A escola tornou-se num pólo educativo, cultural e social, e num cenário de novas formas de participação cívica, na perspectiva duma educação para os valores sociais, éticos e morais, ou seja, mais solidária e democratizante, visando a formação pessoal e social pois *“a escola pode ser não apenas um objecto da pedagogia cívica, mas um sujeito de criação de civismo e de capital social à sua volta”* (Carneiro, 2001, p.135). O Documento para a Revisão Curricular do Ensino Secundário em Portugal do XIV Governo Constitucional, afirma esta intenção duma forma muito clara:

*“a educação e a formação são factores determinantes para que os cidadãos se possam integrar plenamente em sociedades cada vez mais multiculturais, em permanente e acelerada transformação, caracterizadas pela incerteza e pela mobilidade. Admite-se que as questões da desigualdade, da discriminação e da exclusão social estão fortemente relacionadas com as oportunidades de educação e de formação”. “A educação e a formação têm por isso mesmo, que estar ao alcance de todos; delas dependem largamente a consolidação dos sistemas democráticos, a estabilidade económica, o bem-estar social e a liberdade e autonomia dos cidadãos”. “A educação para a cidadania deve fazer parte integrante da vida quotidiana das escolas, do ensino e da aprendizagem. A concepção que se sustenta para esta área de formação pessoal e social dos jovens é a de que se trata de uma área eminentemente*



*transversal a todas as actividades curriculares desenvolvidas na escola*" (Ministério da Educação, 2000, pp.3 e 26).

As várias subculturas urbanas têm desempenhado um papel activo na dinâmica e evolução dos métodos de educação, levando ao seu enriquecimento. Há assim várias maneiras de 'ler a cidade', várias linguagens urbanas, que contribuem para atenuar as separações, por vezes ambíguas, que se estabeleceram entre *cultura popular* e *cultura cultivada*, ou nas palavras de Alexandre Melo "*'cultura de massas' versus 'cultura erudita', ou se quisermos, 'democratização' versus 'elitismo'*" (Melo, 1994a, p.28).

Estas mesmas linguagens urbanas estão no cerne de uma cultura urbana plurifacetada "*nunca o discurso sobre a cidade foi tão multifacetado e plural como neste final de século. Nunca estivemos tão próximos de reconhecer que só no cruzamento de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais pode a cidade reencontrar-se na plenitude da sua multivocalidade e polivalência*" (Fortuna, 1997, p.4).

Poder-se-á pensar que o estabelecimento, e alargamento, gradual da escolarização levaria ao atenuar das desigualdades e das clivagens económicas e sociais, dada a igualdade de oportunidades que a educação proporciona, a mobilidade ascendente da classe média, assim como um mais fácil acesso aos bens culturais. Contudo, tal não produziu ainda os resultados esperados: as diferenças mantêm-se, pois legitimam-se nas origens familiares, económicas, sociais e na zona de residência, assim como nas aptidões individuais (Giddens, 2000). Neste contexto, Stephen Stoer e Luiza Cortesão referem:

*"a diversidade cultural não é vista apenas como uma fonte de riqueza para (em vez de um obstáculo a) o processo de ensino/aprendizagem, mas também como meio de tornar visíveis as diferenças socio-culturais no interior da escola em ordem a promover a igualdade de oportunidades baseada no sucesso escolar (e não no mero acesso à escola)"* (Stoer, Cortesão, 1996, p.29).

Em suma, "*a liberdade que a cidade e a cultura urbana oferecem a todos por igual é sempre desigualmente apropriada, de acordo com os vários alinhamentos sociais, económicos e culturais*" (Fortuna, 1997, p.22). Neste contexto Roberto Carneiro afirma:

*"a educação é, cada vez menos, uma indústria e, cada vez mais, um serviço. Um serviço estruturado em torno das novas mediações e intermediações que a construção*



*de sentido impõe numa contemporaneidade ferida de crescente complexidade. Entre as principais mediações importa salientar as que facultam a transição da informação para o conhecimento, e, logo em seguida, do conhecimento para a sabedoria”* (Carneiro, 2001, p.182).

Surgiu, assim, a necessidade de activar processos de mediação nas dinâmicas da educação, com vista a ultrapassar estas desigualdades reforçando o seu papel na coesão social, na consolidação de valores fundamentais de ordem pessoal e social, e no fortalecimento das instituições da sociedade civil (Carneiro, 2001). Nos museus têm-se activado estes processos de mediação sobretudo através dos Serviços Educativos, e dos suportes materiais dos espaços expositivos, recorrendo-se cada vez mais às novas tecnologias de informação.

## **2. Formas de produção e consumo cultural**

O crescente desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida, induzidos pelo capitalismo e pela industrialização, aumentaram a produção de bens, tornando-os mais acessíveis, quer pelo seu baixo custo, quer pela sua abundância no mercado, dando origem ao *consumo de massas*.

Com o alargamento do acesso ao consumo cultural, a cultura passou também a estar sujeita às leis da oferta e da procura. É neste sentido que, hoje em dia, se fala de *indústria da cultura* e de *cultura de massas*, e nas relações de produção que geram. A interacção entre economia e cultura “*combina a promoção da cultura através da mercantilização com a promoção da mercadoria através da cultura*” (Santos, 1994a, p.124).

A economia e a cultura já foram consideradas como duas realidades distintas: a economia associada a conhecimentos mais objectivos do mundo e a processos marcadamente materiais, por oposição à cultura que lidaria com elementos menos tangíveis da vida - significados, representações e valores - incapazes por isso de produzir um ‘verdadeiro’ conhecimento (Du Gay, 1997). No entanto, o diálogo entre economia e cultura tem-se intensificado. Já Theodor Adorno e Max Horkheimer, fundadores da teoria crítica da Escola de Frankfurt, na sua obra *Dialectic of Enlightenment*, publicada em Londres em 1947, o afirmavam cunhando o termo *indústria da cultura*. Para Adorno e Horkheimer a

forma de produção dos bens culturais é idêntica à forma de produção adoptada pela indústria na manufactura de qualquer outro produto, dado que em ambos os casos o objectivo é o da maximização do lucro. A indústria da cultura tenderia, assim, a fazer surgir uma *cultura de massas*, ou seja, uma cultura estandardizada, rotineira e com falta de originalidade, que criaria um consumo também estandardizado, homogéneo, acrítico e passivo (Negus, 1997).

Em 1982 a UNESCO publica *The Culture Industries: a challenge for the future of culture*. Partindo das ideias de Adorno e Horkheimer, alude-se à forma como os média e a comunicação afectam as dinâmicas culturais, e como as indústrias da cultura constituem uma ameaça à diversidade cultural. No entanto, ressaltam-se aspectos positivos, como um maior número de oportunidades para a distribuição de bens culturais de carácter educativo e informativo, nomeadamente o acesso aos livros, à radio e à televisão (Negus, 1997).

Na actualidade, um dos pontos negativos das indústrias da cultura continua a ser o da estandardização, pois há cada vez mais uma maior concentração da produção e da distribuição de bens culturais em grandes multinacionais, sobretudo americanas e asiáticas, tendo a inovação dos recursos tecnológicos, e a sua globalização, contribuído para esta concentração/distribuição. Outro ponto negativo é a possibilidade que estas empresas têm de controlar directamente os processos de produção cultural, ficando o consumidor com uma oferta mais reduzida (Negus, 1997).

Apesar de se verificar uma concentração das sedes de produção e redistribuição culturais, ela não impede a existência de pequenos produtores, como, por exemplo, os produtores independentes de cinema, que sublinham a heterogeneidade e segmentação dos mercados, originando um duplo movimento de concentração e especialização, de globalização e de localização (Santos, 1994a).

Com a globalização da indústria da cultura, a homogenização cultural tem tendência a afirmar-se, pois restringe o leque possível de dinâmicas e processos culturais (Félix, 1994). Países como os Estados Unidos que detêm o controle de grandes multinacionais de produção e difusão dos meios de comunicação social, veículo privilegiado da cultura e de grande influência na opinião pública, são responsáveis por um 'imperialismo cultural' que põe em risco a independência cultural de países com poucos recursos para a manter (Giddens, 2000).



Ainda outro ponto negativo a referir, é a banalização da cultura. Muitas vezes confunde-se a democratização da cultura, com a sua trivialização, quando a meta é a captação dum leque cada vez maior e mais diversificado de audiências.

Há ainda outros factores que aproximam a cultura da economia. Os processos e práticas da economia podem ser entendidos como um fenómeno cultural porque ao criar novos produtos e hábitos de consumo regem-se, e geram, tal como a cultura, significados, representações, linguagens e valores, fundamentais para a construção de identidades não apenas económicas, mas basicamente simbólicas e por isso culturais. Eles são o resultado de várias práticas e processos que operam, e circulam, em diferentes contextos, formando aquilo que Paul Du Gay definiu como o *circuito cultural*. É neste sentido que se pode falar de uma *economia cultural* (Du Gay, 1997).

Há ainda outros aspectos que legitimam a existência duma economia cultural. Entre eles conta-se um número cada vez maior de grandes empresas que produzem e distribuem bens culturais, fazendo da cultura um negócio à escala global, ao qual estão associados processos económicos em contextos organizacionais específicos (Du Gay, 1997). Esta mesma ideia é reforçada por Élisabeth Caillet ao afirmar:

*“em relação aos responsáveis de projectos culturais, questiona-se se têm de ter formação de gestores; a evolução dos equipamentos culturais para um modelo empresarial, a importância acrescida dos financiamentos privados, a exigência da articulação da cultura com os contextos locais de emprego e do desenvolvimento produtivo (mesmo quando se trata de produção turística) demonstram que a cultura se consolida não tanto através do aumento do saber e do prazer ou da democratização, mas das exigências do desenvolvimento económico”*<sup>5</sup> (Caillet, 1995, p.224).

---

<sup>5</sup> *“en ce qui concerne les responsables de projets culturels, tout le monde s'accorde à demander à ce qu'ils aient une formation de gestionnaires; l'évolution des équipements culturels vers le modèle entrepreneurial, l'importance accrue des financements privés, l'exigence d'articulation de la culture avec les contextes locaux de l'emploi et du développement productif (même s'il s'agit de production touristique) montrent que la culture n'est pas tant ancrée sur l'accroissement du savoir et du plaisir ou sur leur démocratisation que sur les exigences du développement économique”*



Um dos exemplos em que a economia e a cultura se articulam é o do mecenato cultural. O mecenato, ao longo da história, tem tido uma função ambivalente, porque se por um lado, em relação à produção cultural,

*“a potenciou fornecendo-lhe condições materiais de possibilidade, nunca deixou igualmente de a condicionar por via da estreita relação de dependência dos criadores face aos imperativos dos seus mecenas”. “Nos seus contratos de encomenda das obras estava exemplarmente regulamentado o regime de obrigações a que se sujeitavam”. “Assim, todo o processo de estatização da cultura viria, entre outras consequências, a garantir a autonomização dos artistas perante tutelas tradicionais”* (Santos (coord.) e Conde, 1988, p.2 e 6).

Por outro lado,

*“a ‘dessacralização’ da cultura e da arte mais refractárias à massificação e ao populismo e a assunção do seu entrosamento no social vão levar a uma tendencial mercantilização dos produtos culturais, o que, no geral, contribui para desinibir o seu envolvimento nas relações de produção material e potenciar a penetração da lógica económica capitalista nas actividades culturais”* (Santos (coord.), 1998, p.35).

Se noutros tempos, como no Renascimento, o mecenato cultural era mais uma forma de exercício e de afirmação de poder, hoje em dia, dado as parcerias ao nível cívico-cultural, político-estatal e público-privado que estabelece, é inegável o seu contributo *“nas funções de legitimação política e a sua participação nos mecanismos de reprodução social”* (Santos (coord.) e Conde, 1988, p.8). Assim,

*“terá de se compreender o mecenato à luz do seu sentido social e político mais global, ou seja, não só o lugar e proeminência desta instituição no interior do meio artístico, mas também como, por via do mecenato e nos diversos cenários históricos, arte e cultura vieram a ser convocados a participar nos regimes de poder, nos modos de reprodução e nas dinâmicas de transformação global das sociedades, em síntese, a inserir-se no seu tempo”* (Santos (coord.) e Conde, 1988, p.3).

A Lei do Mecenato é recente em Portugal, tendo sido consignada em 1986 pelo Decreto-Lei nº258/86, de 28 de Agosto, e posteriormente reformulada através do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei nº 74/99 de 16 de Março. No entanto, desde os anos 70 que se verificam casos de mecenato de empresa, sendo o mecenato cultural uma das formas

mais antigas de mecenato no nosso país, devido, em grande parte, à acção excepcional da Fundação Calouste Gulbenkian, criada em 1956. Na verdade, é devido também à acção desta fundação que Portugal, ainda antes da legislação aprovada em 1986, se destaca favoravelmente dos outros países europeus (Santos (coord.) e Conde, 1988). Neste caso falamos duma forma de mecenato de cariz filantrópico e humanista, tal como consta no Artigo 4º dos seus estatutos: “*Os fins da Fundação são caritativos, artísticos, educativos e científicos*” (Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p.9).

A forma de mecenato expressa na Lei do Mecenato “*instaura o espaço do mercado e a lógica económica, longamente tidos por incompatíveis com os princípios da produção cultural*” (Santos (coord.) e Conde, 1988, p.1). O apoio e incentivo à área cultural faz-se através de doações ou financiamentos num enquadramento de benefícios fiscais, tanto para mecenas individuais como colectivos.

Em 1998 o Observatório das Actividades Culturais publicou um estudo em que se faz um balanço dos primeiros dez anos de mecenato cultural no nosso país<sup>6</sup>. Os resultados desse estudo indicam uma fraca participação mecenática e um grande desconhecimento da Lei do Mecenato por parte das empresas e dos cidadãos.

Desde os anos 90 que os períodos que registaram maiores índices de acções mecenáticas correspondem aos mega-eventos culturais: em 1991 a *Europália*, em 1994 *Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura*, em 1998 *EXPO '98*, e em 2001 *Porto 2001*.

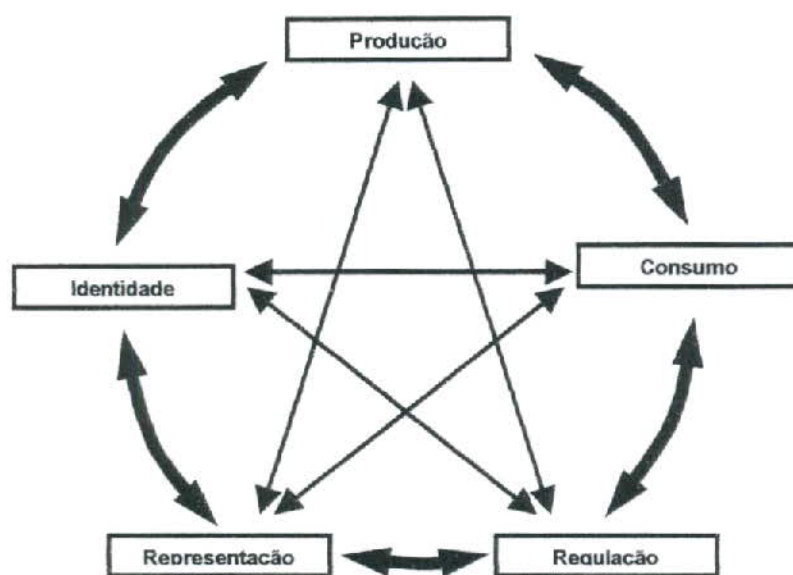
Para além da articulação da economia e da cultura há ainda outros aspectos a considerar na procura e ofertas culturais. Actualmente consomem-se, cada vez mais, bens culturais pelo seu valor simbólico, verificando-se assim a atribuição de valor estético a bens, que se pretende que sejam vistos como ‘culturais’. Daí a importância da cultura num sem número de bens e serviços. A comunicação social, a publicidade, o design e o marketing são peças-chave neste processo, pois articulam a produção e o consumo. Através da atribuição de significados culturais específicos a bens e serviços cria-se uma identificação entre produtores e consumidores (Du Gay, 1997).

---

<sup>6</sup> Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). *10 Anos de Mecenato Cultural em Portugal*.



Esta articulação de produção e consumo é um dos vectores com retorno no circuito da cultura, definindo a sua dinâmica. O sentido da circulação não se efectua só do produtor para o consumidor, mas também no sentido inverso, do consumidor para o produtor, adicionando-se desta forma mais significados e valores culturais a bens e serviços transformando-os, e originando um aumento da sua procura. Desta forma, condicionam-se e criam-se os desejos, as necessidades e os estilos de vida dos consumidores, induzindo-os, simultaneamente, ao consumo. Forma-se, e desenvolve-se, uma cultura de consumo através da instrumentalização de valores e símbolos (Nixon, 1997), ou citando as palavras de Penelope Harvey: “a economia do desejo é um campo para a acção simbólica”<sup>7</sup> (Harvey, 1996, p.137). É neste sentido que a proliferação de bens e formas de consumismo na base de avaliações mais simbólicas do que propriamente económicas, tem permitido criar novos sistemas de classificação social mais de ordem estética, assim como novas subculturas alicerçadas em subtilezas de gosto e homologias sociais e culturais particulares.



O circuito da cultura

Fonte: Paul Du Gay (ed.), *Production of Culture, Cultures of Production*.

<sup>7</sup> “economies of desire are fields of symbolic action”.



Uma das formas de resistir a este sentido manipulador que assume o consumo e produção culturais está na própria cultura e no desenvolvimento do saber. Esta é a opinião de Eduardo Prado Coelho quando afirma:

*“se o problema das sociedades mais tradicionais era o da falta de escolhas, justificando a modernidade como um processo de libertação, o problema contemporâneo é outro: o do excesso de escolhas.(...) Assim, o grande problema hoje é o de controlarmos democraticamente as inevitáveis instâncias de redução da complexidade e da angústia das escolhas. Porque tais mecanismos podem estar (podem e estão) manipulados por interesses de mercado que nem sempre correspondem aos interesses dos consumidores. Daí que o saber e a cultura sejam formas de resistência”* (Coelho, 2002).

Por outro lado, a importância crescente que tem sido atribuída à cultura deve-se ao facto de esta ser vista como um factor de maximização e de sucesso do trabalho, pois estrutura o pensamento, os sentimentos e a acção numa forma mais eficaz (Du Gay, 1997).

### **2.1. Segmentação da oferta e procura culturais**

A fragmentação e segmentação sociais, criaram uma compartimentação da cultura e das relações de produção que lhe são inerentes *“num mundo onde as diferenciações e as segregações não cessam de aumentar”* (Mattelart, 1995, p.543). O consumidor é obrigado a seleccionar, acentuando-se assim a individualização do consumo

*“porque os actos de criticar, criar, difundir não estão reservados apenas a alguns iniciados e actores reconhecidos do processo. Em todos esses actos participa também a massa dos consumidores culturais”* (Félix, 1994, p.121).

Verifica-se, assim, um aumento da diversidade de bens culturais que geram novas formas de hierarquização. Por isso, o produtor produz cada vez mais para um mercado segmentado<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Sobre a definição de segmentação e a sua importância no mercado cultural Alexandre Melo refere: *“segmentação designa o conjunto de diferenças horizontais, ou horizontalmente consideradas, cujas justaposições e sobreposições recortam e retraçam a superfície do sistema (...) Uma valorização adequada da importância da segmentação é necessária não apenas para despistar leituras abusivamente reducionistas do*

Um bom exemplo de segmentação do mercado em Portugal são os canais de televisão. A diversidade da oferta aumentou exponencialmente, originando assim uma maior segmentação do mercado televisivo. Esta segmentação processa-se a diferentes níveis em qualquer dos canais, dando origem a uma maior variedade de programas. Por outro lado, a segmentação da oferta televisiva é fruto da segmentação das próprias audiências

*“a segmentação deste sistema é um processo social decorrente da segmentação da própria estrutura social ao nível dos valores e das práticas dos diferentes grupos que a compõem”* (Melo, 1994a, p.89).

Um inquérito efectuado em 1997 a residentes das cidades do Porto, Aveiro, Braga, Coimbra e Guimarães vem reiterar esta realidade, ou seja, *“perceber a diversidade das relações com esse meio da cultura de massas e o peso da hierarquia dos recursos sociais nessas mesmas relações”* (Silva et al., 2002b, p.118). Os resultados do inquérito indicam que:

- *“os mais escolarizados são, ao mesmo tempo, os que apreciam mais a RTP2 e os que apreciam menos a SIC e a RTP1 (a penetração da TVI era bem menor, em 1997, aquando da realização do inquérito, e não foi considerada na análise) (...);*
- *variação análoga se passa com a condição socioprofissional, marcando a diferença dos quadros e dos estudantes face aos demais actores (...);*
- *no que toca aos programas, aqueles mais próximos do que é a representação social da ‘seriedade’, da cultivação e do interesse intelectual, discriminam analogamente segundo a instrução e a condição socioprofissional”*

(Silva, et al., 2002b, pp.118-119).

Em suma, pretende-se captar um número cada vez maior de telespectadores através do alargamento do leque de canais e respectivas grelhas de programação. No entanto, a competitividade entre canais provocou uma verdadeira ‘guerra de audiências’, na qual se privilegia o aumento dos índices de audiências a qualquer custo, em detrimento da qualidade da oferta televisiva, o que tem vindo a ensombrar cada vez mais o cenário televisivo português.

---

*alegado efeito uniformizador do processo da globalização, mas também para despistar uma observação corrente segundo a qual (...) ‘é tudo a mesma coisa’, observação tanto mais insidiosa quanto por vezes é reforçada por uma pretensa denúncia do império nivelador dos média e do mercado”* (Melo, 1994a, p.89).



## 2.2. As audiências

Com o aparecimento desta realidade cultural complexa – a segmentação de mercado - que conduziu à transformação da oferta cultural, apareceram também ‘novos’ públicos da cultura. Surge assim um público heterogéneo, diferenciado, organizado em ‘nichos’ de afinidade, pois a procura e ofertas culturais modificaram-se alargando o seu leque no sentido da diversidade, como já foi referido, verificando-se simultaneamente a sua especialização:

*“o alargamento dos públicos pode também significar a pluralização dos públicos. Eventualmente, caminharemos para uma sociedade menos massificada, com um leque maior de possibilidades e modalidades de fruição cultural e lúdica e, portanto, mais capaz de atender à, e estimular, a diversidade dos grupos, dos interesses e das orientações que fazem os públicos contemporâneos”* (Silva et al., 2002c, pp.193-194).

Por outro lado, a oferta cultural dirige-se também aos públicos emergentes e potenciais, que, juntamente com o público consumidor regular ou eventual, constituem as audiências.

Em Portugal têm sido feitos vários estudos de públicos da cultura e de práticas culturais, os mais importantes a partir dos anos 80, por iniciativa do Instituto Nacional de Estatística, do Observatório de Actividades Culturais e de algumas universidades portuguesas. Duma forma muito sucinta estes estudos indicam que os praticantes/consumidores culturais especializados e eventuais conjugam práticas culturais especializadas com *“práticas de lazer que não de consumo cultural, designadamente as que remetem para o envolvimento das práticas culturais em contextos de convivialidade”* (Gomes, 2002, p.136), destacando-se no núcleo de praticantes mais intensos as categorias sócio-profissionais altamente qualificadas (profissionais liberais e quadros técnicos e científicos) e seguidamente estudantes e grupos juvenis, ambos minoritários no conjunto da população (Gomes, 2002).

Estes estudos indicam também a *“importância do ambiente mais ou menos mundano e do contexto convivial em torno dos acontecimentos culturais como forma de dessacralização e potencialmente de captação de públicos”* (Gomes, 2002, p.136), sobretudo em ambientes culturais locais (Abreu, 2001). É de salientar ainda a preferência do espaço doméstico para o consumo cultural, acentuada nos grandes centros urbanos, e sua importância na *“relação*



*com os bens e serviços produzidos pelas indústrias culturais e, em particular, pela indústria dos média” (Abreu, 2001, p.163).*

As práticas e consumos culturais têm, deste modo, aumentado e acompanhado a crescente oferta cultural, no entanto a taxa de prática cultural regular continua bastante baixa destacando-se, para além dos grupos com maior escolaridade e qualificação profissional já referidos, os residentes nas grandes cidades e os mais jovens. As regiões de Lisboa e do Porto têm os maiores índices de consumo cultural, pois a oferta de bens culturais, infra-estruturas, recursos humanos qualificados e recursos financeiros é mais alta, seguindo-se-lhes outras cidades como Braga, Aveiro, Leiria e Coimbra (Público, 2002).

Destacam-se, assim, algumas cidades de menor dimensão, porque há uma tendência gradual de desterritorialização e descentralização da oferta cultural nas cidades médias e nas cidades de pequena dimensão, que pouco a pouco dilui a polarização exercida pelas grandes cidades. Para isso muito tem contribuído o recurso às novas tecnologias da comunicação *“o que faz diminuir significativamente o impacto de contextos físicos e territoriais específicos”* (Lopes, 2000b, p.82), promovendo-se simultaneamente o diálogo entre centros e periferias (Lopes, 2000b), e a internacionalização da cultura portuguesa. Paula Abreu assinala ainda outras dinâmicas entre centro e periferia:

*“a realidade da cidade confunde-se frequentemente com a realidade do concelho, ao mesmo tempo que se ensaiam formas de projecção externa e de relações de intercidades de carácter especificamente urbano, denotando fraco enraizamento local e regional” (Abreu, 2001, p.162).*

João Teixeira Lopes refere também outros factores determinantes neste contexto de desterritorialização e de descentralização como as *“redes de comunicação informais, flexíveis e ágeis, desburocratizando processos de decisão e densificando os contactos entre os agentes culturais”* (Lopes, 2000b, p.83), que se relacionam, sobretudo, com a transferência gradual de competências e poderes para as autarquias locais, e a criação de infra-estruturas e equipamentos regionais (Santos, 1998).

Todos estes factores estão no cerne de políticas culturais, cujas principais linhas de actuação assentam na democratização e descentralização culturais, que estão expressas em

qualquer dos programas dos governos provisórios e constitucionais, desde 25 de Abril de 1974 até aos nossos dias (Santos, 1998).

### 3. Cultura e globalização

A globalização criou um fenómeno de interacção social, cultural, política e económica que desencadeou um processo complexo de interdependência entre as sociedades mundiais, levando ao acentuar das disparidades económicas, de poder e de qualidade de vida. Criou também um sistema social, cultural e económico transnacional de cariz claramente hegemónico, que por sua vez tem vindo a produzir o enfraquecimento do poder dos Estados-nação característico da modernidade. Em suma,

*“dizemos globalização no sentido em que todas as actividades económicas decisivas, hoje em dia, independentemente da sua sede geográfica – quando é ainda possível identificá-la – têm de ser planeadas, organizadas, avaliadas e reguladas em função de análises, lógicas, equilíbrios e mecanismos cujo horizonte geográfico é necessariamente global, planetário, universal”* (Melo, 1994a, p.86).

Verificou-se também a desagregação e dissolução das antigas estruturas e fronteiras nacionais e das comunidades, criando um espaço global, uma comunidade de cidadãos e de vizinhos globais à qual não podemos deixar de pertencer, ou uma *aldeia global*, assim denominada por Marshall McLuhan nos anos sessenta, ou como Mike Featherstone refere:

*“cada um de nós vive hoje ‘no quintal do vizinho’”. “O mundo é um espaço único”. “Os outros são os vizinhos, com quem temos necessariamente de interagir, de nos inter-relacionar e ouvir”* (Featherstone, 1997, pp.84 e 87).

Para tal muito contribuiu a celeridade da inovação tecnológica verificável nos meios de transporte e nos média, geradores da informação e comunicação instantânea à distância, e de fácil acesso, embora desigualmente disseminadas, ou seja, produzidas a partir de poderosíssimos centros para frágeis periferias. O aumento da mobilidade de pessoas, produtos e serviços, e igualmente da informação e da comunicação, surge assim como um elemento-chave para se compreenderem estas mudanças que conduziram a uma nova ordem cultural global (Robins, 1997).



No entanto, têm surgido inúmeros movimentos de contestação que reivindicam, sobretudo, uma globalização mais solidária, na qual as preocupações sociais se sobreponham às económicas, em que os ricos se preocupem mais com os pobres. Um desses movimentos é o Fórum Mundial Social que se realiza anualmente em Porto Alegre desde Janeiro de 2001. Na sua Carta de Princípios (São Paulo, 9 de Abril de 2001) o Fórum apresenta-se como um movimento de ideias aberto ao debate e à troca de experiências, como um espaço de *“novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade civil”*, e apresentando propostas para:

*“uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticas ao serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos”* (Fórum Social Mundial, 2001).

Um dos aspectos negativos da globalização são as grandes disparidades económicas e sociais entre o Norte e o Sul expressas anualmente em dois grandes encontros internacionais neste âmbito: o Fórum Económico Mundial em Davos (Norte) e o já citado Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Sul). Os números falam por si:

- 20% dos habitantes do Norte representam 86% dos consumidores mundiais;
- cerca de metade dos habitantes do Norte detêm a riqueza mundial;
- no Sul mais de 2500 milhões de habitantes não têm água potável, mais de 2000 milhões não têm energia eléctrica, e mais de 1000 milhões vivem em pobreza extrema (Silva, 2002g).

Para travar estas disparidades e para incentivar o desenvolvimento dos países menos industrializados, foram tomadas algumas medidas, como, por exemplo, alguns acordos aprovados na Cimeira da Terra em Joanesburgo (Setembro de 2002), nomeadamente um fundo de solidariedade constituído por contribuições voluntárias (Garcia, 2002).

A ligação entre o desenvolvimento sustentável e o fenómeno da globalização, surgiu quando a industrialização começou a pôr em causa a qualidade de vida do cidadão e o seu bem-estar social, devido às repercussões económicas e sociais relacionadas com problemas de equilíbrio ambiental, de biodiversidade e de recursos naturais. A industrialização da agricultura, por exemplo, tem vindo a levantar questões relacionadas com a qualidade dos



alimentos, com particular incidência na qualidade dos produtos geneticamente modificados, ‘cavalo de batalha’ de muitos movimentos anti-globalização.

Outro ponto negativo é o receio, e a ameaça, constantes dum conflito à escala global, exarcebados pelas redes de terrorismo organizado que surgiram recentemente, receio que se agudizou depois dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Manuel Castells denominou esta ameaça de *guerra-rede*, um dos vários aspectos da *sociedade em rede*<sup>9</sup> (Castells, 2001a; Castells, 2002). Repensaram-se, e implementaram-se, medidas de segurança tanto a nível nacional, como internacional. No entanto, muitos sentem-se ainda mais vulneráveis, e a viver num clima de instabilidade, perigo e insegurança permanentes. É igualmente importante notar, como têm feito vários analistas, que estas medidas de protecção dos estados sob ameaça reduzem a liberdade individual e a participação da sociedade civil.

Apesar do processo irreversível de interdependência e interacção entre sociedades industrializadas e sociedades do Terceiro Mundo, e apesar da crescente criação de organizações políticas à escala mundial, não há uma orientação política global. No entanto, há organizações supranacionais, como as Nações Unidas, que congregam países que têm como missão regular o exercício das liberdades dos cidadãos, a manutenção da paz, uma melhor distribuição de recursos, assim como a preservação do ambiente à escala global. Estas funcionam como organismos de mediação global.

Para além destas organizações cosmopolitas transnacionais, há igualmente tendência para os estados se organizarem com a finalidade de haver uma partilha comum de

---

<sup>9</sup> Manuel Castells define o conceito de *sociedade em rede* da seguinte forma: “as funções e os processos dominantes, na Era da Informação, organizam-se cada vez mais, em torno de redes (...) As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura (...) esta lógica da rede induz uma determinação social de cariz mais elevado que os interesses expressos através da própria rede: o poder dos fluxos prevalece sobre os fluxos de poder. Presença ou ausência na rede e as dinâmicas de cada rede, relativamente às outras são os factores críticos de dominação e mudança na nossa sociedade: uma sociedade que, assim, podemos designar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a acção social (Castells, 2002, p.605).

responsabilidades e uma regulação das economias e políticas intra-estatais. É o caso da União Europeia, à qual Portugal pertence.

A globalização é, assim, um fenómeno multidimensional e complexo de analisar, pois está em permanente mutação, e joga-se em diferentes esferas do global ao local; produz constantes tensões, confrontos, contestações e negociações, e também fenómenos de 'localização' no seu seio, originando, por isso conjuntos diferenciados de relações sociais. É nesse contexto, que para Boaventura Sousa Santos não há uma única globalização em termos de uma entidade única, mas diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a diferentes fenómenos de globalização, não se podendo falar de globalização no singular, mas sempre no plural – globalizações. Por outro lado,

*“perante as condições do sistema-mundo ocidental não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica (Santos, 2001, p.2).*

Neste sentido, Boaventura Sousa Santos considera quatro modos de produção da globalização, os quais, por sua vez, dão origem a quatro formas de globalização:

- localismo globalizado

*“consiste no processo pelo qual determinado fenómeno local é globalizado com sucesso”;*

- globalismo localizado

*“consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais”;*

- cosmopolitismo

*“as formas predominantes de dominação não excluem aos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial”;*



- património comum da humanidade

*“a emergência de temas que, pela sua natureza, são tão globais como o próprio planeta (...) que apenas fazem sentido enquanto reportados ao globo na sua totalidade”*

(Santos, 2001, p.3).

Assim, a globalização origina dinâmicas económicas e sociais de ruptura, fragmentação e desigualdade; desenvolve-se em diferentes contextos e circunstâncias, muitas vezes contraditórias e paradoxais; cria diferentes discursos e leituras, e é vivenciada de forma desigual pelos diferentes grupos culturais, e sociais, originando os mais diversos ‘ecos’. Gera novas formas culturais híbridas, que resultam do confronto e interacção entre culturas nacionais e culturas transnacionais, e identidades mais antigas com identidades mais recentes, denominadas pelo antropólogo Jan Nederveen Pieterse de *terceiras culturas* (Robins, 1997).

As *terceiras culturas* podem ter uma função importante de mediação no caso de desconexão dos diversos fluxos culturais, ou da incapacidade dos Estados-nação gerirem estes mesmos fluxos eficazmente, pois actuam com alguma autonomia em relação a estes mesmos Estados (Featherstone, 1997). A mediação neste caso constitui-se como um discurso potencialmente emancipatório num contexto potencialmente hegemónico do Estado-nação. Em qualquer dos casos há continuidade e inovação nas dinâmicas culturais sendo, por isso, a globalização um processo ‘inacabado’ (Robins, 1997).

### **3.1. Identidade e diversidade cultural**

A globalização criou referências culturais comuns de cariz cosmopolita, e assim surge a noção de ‘desterritorialização’ do cidadão e *“é neste sentido que as fronteiras das culturas locais são vistas como tendo-se tornado mais permeáveis e difíceis de manter, a ponto de se proclamar que ‘tudo é igual em todo o lado’”* (Featherstone, 1997, p.92). Por outro lado, *“num mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais e nacionais”* (Castells, 2002, p.3).



Por isso, buscaram-se referências identitárias muitas delas nos contextos locais mais tradicionais; reforça-se cada vez mais a ideia de *identidade* como essência de uma determinada cultura, em contraponto à ideia de uma cultura comum global, e como forma de legitimação da mesma, tal como afirma Manuel Castells:

*“num mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade colectiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se fonte básica de significado social (...) Cada vez mais, as pessoas organizam o seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam ser”* (Castells, 2002, p.3).

A globalização está, portanto, ligada à revalidação de culturas particulares e de identidades. Nunca, como na actualidade, se reivindicou tanto o direito à diferença através do exercício da cidadania. As lutas pela redistribuição económica vão dando lugar a lutas pelo reconhecimento cultural da diversidade. É esta a opinião de Nancy Fraser ao referir:

*“de facto, hoje em dia, a reivindicação de reconhecimento é a força impulsionadora de muitos conflitos sociais, desde batalhas sobre o multiculturalismo a lutas sobre as relações sociais de sexo e a sexualidade, desde campanhas pela soberania nacional e autonomia subnacional a esforços para construir organizações políticas transnacionais, desde a jihad fundamentalista aos revivescentes movimentos internacionais de direitos humanos”* (Fraser, 2002, p.2).

É neste contexto que surgem cada vez mais iniciativas e acções para defesa e preservação do património, como recurso na definição de estratégias de afirmação identitária. Em Portugal o recente *boom* de museus locais foi, e é, uma forma de valorização e afirmação da identidade local através do património *“acentuando a sua função como espaço da re-territorialização possível da cultura material nos contextos culturais (e sociais) de origem, como reacção à globalização”* (Faria, 2002, p.323). A este propósito Élisabeth Caillet afirma:

*“o museu está relacionado com a identidade, com o reconhecimento dum grupo social através da sua própria representação. Ele evidencia o que é significativo e o que faz sentido, aquilo a que atribui valor”* (Caillet, 1995, p.97)<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> *“le musée est affaire d'identité, de reconnaissance d'un groupe social à travers la représentation qu'il se donne de lui-même. Il y met en effet ce qui fait signe, sens pour lui, ce à quoi il accorde de la valeur”.*

Por outro lado, as culturas vão-se transformando à medida que vão integrando elementos de outras culturas, criando constantemente novos padrões culturais e novos sistemas de valor, através de processos de fusão ou de hibridismo. As culturas constroem-se umas em referência às outras. É através do contraste que se define a singularidade de uma identidade cultural (Espinosa, 1995).

Mas as culturas e as identidades constroem-se também através dos fluxos gerados pelas redes globais que:

*“ligam e desligam selectivamente os indivíduos, grupos, regiões e mesmo países (...) Daí surge uma divisão básica entre um instrumentalismo universal e abstracto e as identidades particulares historicamente enraizadas. As nossas sociedades estruturam-se, cada vez mais, em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o self”* (Castells, 2002, p.4).

Para John Urry estas redes globais são constituídas por conjuntos de nódulos interligados, com capacidade para gerarem novos conjuntos de nódulos, dada a estrutura aberta e dinâmica dessas redes, apesar de produzirem *“ligações complexas e duradouras através do espaço e do tempo e entre as pessoas e os diversos objectos e tecnologias”* (Urry, 2000, p.5). É precisamente no ‘espaço’ gerado entre estes conjuntos de nódulos que se geram processos e dinâmicas de mediação.

Giddens no seu livro *Sociologia* (Giddens, 2000) distingue três cenários possíveis no desenvolvimento futuro das relações entre subculturas e a cultura dominante:

- assimilação - os novos grupos de emigrantes adoptam atitudes e a linguagem da comunidade dominante;
- *melting pot* - diferentes subculturas fundem-se criando novos valores e padrões culturais;
- pluralismo - as subculturas existem separadamente e participam na vida política e económica.

Nos últimos anos tem-se registado uma ênfase no terceiro destes cenários, no qual as diferentes identidades coexistem de forma igualitária no contexto da cultura dominante (Giddens, 2000). Neste cenário a diversidade pode ser vista como um valor cultural e a



mediação afirma-se mais urgente do que nunca. O primeiro e segundo caso ocorrem, sobretudo, através de dinâmicas de mediação.

Em suma, a globalização criou dinâmicas culturais complexas, convergentes e divergentes (Robins, 1997), num processo não:

*“de supressão das diferenças – segmentação, hierarquização – mas sim de reprodução, reestruturação e sobredeterminação dessas diferenças. É um processo dúplice de simultânea revelação/anulação de diferenças, diferenciação/homogeneização e democratização/hegemonização cultural”* (Melo, 1994a, p.87).

Na opinião de Mike Featherstone são estas consequências paradoxais da globalização a razão da nossa *“familiarização com uma maior diversidade, com um leque cada vez mais amplo de culturas locais”* (Featherstone, 1997, p.84).

Em relação à diversidade cultural, na actualidade ela tem mais expressão nas sociedades industrializadas e nos países com passado colonial. Registam-se grandes fluxos de emigrantes na esperança de uma vida melhor, ou fugindo de situações de pobreza extrema ou de guerra. Vivem, assim, sobretudo nos grandes centros urbanos, numa proximidade de vizinhança, grupos culturais diversos, ou subculturas, com modos de vida, regimes de significação e valores próprios, embora não ‘culturalmente intactos’, porque só pelo facto de serem translocalizados criam realidades híbridas a seu modo. Não se pode, assim, ‘territorializar’ as culturas e estabelecer fronteiras culturais, porque estas convivem nos mesmos espaços geográficos formando aquilo que Emilio Espinosa denomina de *espaços sociais multiculturais* (Espinosa, 1995). É mais uma vez nestes espaços que se vão gerar dinâmicas e processos de mediação.

Nem sempre esta realidade é vivida de uma forma pacífica entre as várias subculturas; os choques culturais são inevitáveis, originando casos de exclusão e de segregação, e mesmo graves conflitos étnicos. Noutros casos, surgem problemas de integração na comunidade que, em casos extremos, podem levar à auto-segregação, como o aparecimento de guetos, e à formação de grupos de crime organizado, como defesa e reacção a uma cultura hegemónica e potencialmente intolerante. Trata-se dum problema que Nancy Fraser denominou como *problema de reificação*, enquadrando-o da seguinte forma:



*“as lutas pelo reconhecimento não fomentam a interacção e o respeito entre diferenças em contextos cada vez mais multiculturais, mas tendem antes a encorajar o separatismo e a formação de enclaves grupais, o chauvinismo e a intolerância, o patriarcalismo e o autoritarismo”* (Fraser, 2002, pp.10-11).

Nestes casos a educação pode ter um papel fulcral pois permite *“formar espíritos abertos à diferença cultural e à sã convivência humana”* (Carneiro, 2001, p.73). É preciso, assim, reinventar a escola intercultural porque:

*“as comunidades escolares, quando munidas de um ideal genuinamente comunitário como fundamento do acto educativo, são os estaleiros ideais para a prática da tolerância e para a formação de espíritos abertos à descoberta do outro”* (Carneiro, 2001, p.78).

Por outro lado, ainda na opinião de Roberto Carneiro, a educação pode ser um factor determinante na coesão social:

*“a educação para os valores da interculturalidade é um caminho irrenunciável da humanidade à procura de coerência. O diverso não é inimigo da coesão social”* (Carneiro, 2001, p.81).

Para obviar os casos de intolerância já referidos tem-se recorrido, cada vez mais, a processos de mediação, que geram uma renovação e uma negociação constantes, e estão no cerne duma sociedade que, mais que multicultural, é inter e transcultural com efeitos sobre a sociedade hospedeira e não apenas sobre a migrante. A mediação está assim no cerne da dinâmica cultural,

*“ultrapassa formas de comunicação horizontais (entre os grupos e os indivíduos portadores de cultura) bem como formas verticais ascendentes e descendentes. Quer isto dizer que a dinâmica cultural comporta necessariamente, uma expressão cultural que é de todos, por outras palavras: a faculdade de cada um se representar a si mesmo e aos outros”* (Félix, 1994, p. 122).

Entende-se assim a mediação também como uma *plataforma de entendimento* das várias subculturas.

### 3.2. Um mundo 'glocal'

Como vimos, verificaram-se grandes mudanças a partir do final do século XVIII até à actualidade. A influência e preponderância da industrialização, e da cultura urbana, têm sido determinantes ao ponto de tornar cada vez menos nítida a divisão entre espaço urbano e espaço rural. No entanto, essas diferenças ainda prevalecem como parte integrante da sociedade e dos seus processos globais (Giddens, 2000).

Se nas sociedades pré-modernas as noções de *espaço* e *lugar* eram geralmente coincidentes, nas sociedades modernas *espaço* e *lugar* são duas realidades distintas.

*“o ‘lugar’ conceptualiza-se melhor através da ideia de local, que se refere aos cenários físicos da actividade social situada geograficamente”. “O que estrutura o local não é apenas aquilo que está presente no cenário; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza”. “O local tornou-se fantasmagórico porque as estruturas que o constituem já não estão organizadas localmente. O local e o global, por outras palavras, tornaram-se inextricavelmente interligados. Os sentimentos de ligação estreita, ou de identificação, com lugares ainda persistem. Mas eles próprios estão descontextualizados: não exprimem apenas práticas e envolvimentos baseados localmente, mas são atravessados por influências muito distantes”* (Giddens, 1992, pp.14 e 84).

Verifica-se, deste modo, uma tendência para a *desterritorialização*, que Carlos Fortuna define como a *“desvinculação das matrizes sociais e situacionais específicas”* em que as diversas paisagens culturais possam ter sido fundadas (Fortuna, 1999a, p.15). Há, assim, fenómenos a nível local e a nível global, que coexistem, que se entrecruzam e entrosam. É neste sentido que também Carlos Fortuna afirma: *“o nosso local pode ser o universo e o nosso universo pode ser o local, na certeza porém que nem um nem outro vivem sem o seu (falso) oposto”* (Fortuna, 1999a, p.13).

As influências e o intercâmbio entre global e local, e a importância das consequências que daí advêm, são cada vez mais significativas na actualidade, pois servem

*“para revelar múltiplas possibilidades de mudança pela libertação das limitações dos hábitos e práticas locais”. “As organizações modernas são capazes de ligar o local e o global de modos que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais e, ao*



*fazerem-no, afectam as vidas de muitos milhões de pessoas*” (Giddens, 1992, pp.15-16).

É neste contexto que surgem os mega-eventos que se realizam nas cidades centrais ou com aspirações a uma certa centralidade simbólica como os Jogos Olímpicos, as Capitais Europeias da Cultura, ou as Exposições Internacionais (Expos), que Claudino Ferreira considera como:

*“objectos privilegiados para a observação e a problematização das múltiplas articulações e mediações e dos variados contextos e cadeias de acção através dos quais se estabelecem as relações entre processos globais e processos locais, relações essas que marcam indelevelmente a estruturação da vida social contemporânea, nomeadamente no que diz respeito à produção e circulação de bens culturais e simbólicos e aos seus reflexos na configuração das culturas urbanas”* (Ferreira, 2002a, p.257).

Estamos perante um acontecimento simultaneamente local, nacional, internacional e global, gerado no espaço de mediação entre Estado e sociedade civil (Ferreira, 2002a). Processa-se institucionalmente não só através da representação de diversos países e da afirmação da coesão e identidade nacionais, mas também pela articulação das esferas da política, da cultura, da economia e da diplomacia *“através de mecanismos de mediação entre os organismos públicos e os agentes privados, o sector cultural e os sectores político e económico, os actores institucionais e os actores individuais”* (Ferreira, 1998, p.52), e ainda por profissionais e especialistas que fazem a intermediação entre os níveis superiores de decisão e os níveis inferiores de execução (Ferreira, 1998). Constitui-se, desta forma, como uma nova via institucional de carácter híbrido em que o Estado-nação

*“é assim erigido à qualidade de actor principal das relações à escala global e de única entidade capaz de representar tanto a diversidade cultural das comunidades humanas como os problemas que dizem respeito à humanidade”* (Ferreira, 2002a, p.276).

Foi também referido que o fenómeno da globalização levou ao enfraquecimento do Estado-nação. Este enfraquecimento tem sido reforçado pelo aumento de poder económico e político dos grandes centros urbanos, onde se concentram, e operam, os pontos nevrálgicos do



poder. A socióloga Saskia Sassen denomina estes centros, como Tóquio, Londres ou Nova Iorque, de *ciudades globais*, pois operam localmente à escala global. Por exemplo, só Londres concentra 31% das empresas de serviços e 16% dos postos de trabalho em toda a Inglaterra (Sassen, 1991).

A concentração geográfica e económica destas cidades é também determinante na articulação, já mencionada entre economia e cultura tal como refere Jacques Bonnet:

*“concentração geográfica e económica: sob esta forma modernizada, a cultura entrou nas relações de mercado e tornou-se um objecto de disputa entre as grandes potências e as multinacionais que se interessam pelo sector terciário. A organização da cultura contemporânea, nomeadamente quando das manifestações de massa, é sensível à economia em escala, à rentabilidade que apela à grande dimensão”*<sup>11</sup> (Bonnet, 1994, p.94).

É assim neste contexto que Giddens define a globalização como:

*“a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa. Este processo é dialéctico porque essas ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo”* (Giddens, 1992, p.50).

Trata-se de um processo que mais uma vez se aproxima muito da ideia que queremos discutir de *mediação*.

Maria de Lourdes Lima dos Santos salienta um aspecto importante na articulação do eixo local/global como gerador de dinâmicas culturais inovadoras:

---

<sup>11</sup> *“concentration géographique et économique: sous cette forme modernisée, la culture est entrée dans les rapports marchands et est donc devenue un enjeu entre les grandes puissances et entre les firmes multinationales qui s'intéressent au secteur tertiaire. L'organisation de la culture contemporaine, notamment lors des manifestations de masse, est sensible à l'économie d'échelle, à la rentabilité qui appelle la grande dimension”*.

*“note-se que as periferias não significam obrigatoriamente recepção passiva e atraso, mas também podem ser lugar de elaboração de propostas culturais alternativas às dos centros”* (Santos, 1994a, pp.110-111).

Alexandre Melo (Melo, 1994b) sublinha a importância deste eixo como estando na origem dum mundo multipolar:

*“de acordo com uma formulação ortodoxa das teorias da oposição centro-periferia, e no contexto de uma dialéctica de resistência e ruptura, a periferia teria de afirmar-se contra o centro, afirmar a incompatibilidade radical da sua diferença e apresentar-se como alternativa”. “Estas observações sugerem a hipótese da emergência, em termos artísticos e culturais, de um novo mundo multipolar, em que as situações não centrais podem encontrar modos específicos de afirmação e intervenção que não se reduzem a esquemas simplistas das oposições exclusivas entre centros e periferias”. “Cada pólo terá então a sua área de influência, desenhando-se, entre eles, eixos que se cruzam em diferentes pontos”* (Melo, 1994b, pp.148 e 155).

Em suma,

*“esta recente organização [a globalização] implica uma nova articulação entre os níveis supranacionais, nacionais e locais, o que, de forma alguma, significa o desaparecimento de um ou de outro nível, mas sim, o reposicionamento de cada um em relação aos outros”* (Mattelart, 1995, p.543).

Este reposicionamento verifica-se quando processos de mediação ocorrem e, sobretudo quando estes são bem sucedidos.

## CAPÍTULO II - O CONCEITO DE MEDIAÇÃO

### 1. Os eixos estruturantes do conceito de mediação

*“A mediação seria, efectivamente, um meio de aproximar pontos de vista, de agitar as certezas, e de dissipar mal-entendidos (...) espaço terceiro entre duas partes que permitem que os cidadãos cooperem para criar dia a dia a democracia”<sup>12</sup>*

Jean-François Six, *Dinâmica da mediação*

No capítulo anterior referimos os vários acontecimentos e fenómenos sociais e culturais que levaram à génese da modernidade, e da sociedade global, salientando particularmente a segmentação e fragmentação sociais, as grandes disparidades económicas e sociais, a encruzilhada local/global, os novos sistemas de educação e o incentivo à participação cívica, a diversidade cultural e os ‘novos territórios’ duma cultura essencialmente urbana. É neste sentido que surge o conceito de *mediação*, não só como uma plataforma onde se confrontam diversos contextos sócio-culturais, estilos de vida e os regimes de significação que lhe são próprios, mas também como uma plataforma de entendimento, um interface de diferentes sinergias, ou seja, uma nova forma de ‘ser’, de ‘estar’ e de ‘agir’.

A mediação não é uma ‘terapia’ ou uma solução definitiva, nem ocorre num espaço de tempo determinado, mas um processo inevitavelmente incontornável e sempre em aberto, um processo de negociação e mudança que reforça a coesão social actuando como um mecanismo de regulação social, dando por isso origem a novas dinâmicas culturais e sociais.

*“o objectivo da mediação não consiste em criar uma harmonia mas uma interacção”.*

*“A mediação ‘faz sociedade’ porque cria uma ligação social fundada nas representações culturais e históricas da sociedade, e é também um meio (técnico e metodológico) de resolução de conflitos, um método que permite a sua transformação sob a forma de um compromisso” (Almeida, 2001, pp.39 e 55)<sup>13</sup>.*

<sup>12</sup> *“La médiation serait en effet un moyen de rapprocher les points de vue, d’ébranler les certitudes, et dissiper les malentendus (...) espace tiers entre deux parties qui permet à des citoyens de coopérer à créer jour par jour de la démocratie”.*

<sup>13</sup> *“le but de la médiation ne consiste pas à créer une harmonie mais une interaction (...) La médiation ‘fait société’ parce qu’elle crée le lien social fondé sur des représentations culturelles et historiques de la société, et elle est aussi un moyen (technique ou méthodologique) de résolution de conflits, un mode qui*



É neste sentido que João Teixeira Lopes sublinha a importância fundamental do *“trabalho de mediação exercido pela esfera simbólica no decorrer de processos de mudança social. Mais do que mero interface ou zona de fronteira, falamos, afinal de uma mediação dialéctica, capaz de transformar os campos que coloca em interacção, ao mesmo tempo que a si mesmo se modifica”* (Lopes, 2000a, p.2).

Desta forma, salienta-se o carácter de *reciprocidade* e de *reflexividade* do processo de mediação.

Jean-François Six, presidente do *Centre National de la Médiation* em França, utiliza a metáfora do nascimento como resultando da relação homem/mulher ao definir o processo de mediação:

*“a mediação quer aproximar sem confusão; quer distinguir mas sem separação. Assim, a mediação, impulsionada por um terceiro, quer fazer nascer um ‘3’, ou seja, quer fazer de maneira que deste diálogo-confronto em presença, nasça qualquer coisa que não será nem uma solução unilateral do primeiro, nem a solução unilateral do segundo, mas uma saída original realizada pelos dois juntos, uma saída que não pertence a nenhum deles (...) mas aos dois, como uma criança surge dos pais”* (Six, 1995, p.16)<sup>14</sup>.

A mediação é também por definição um processo em construção que se avalia a si mesmo, se adapta e se reestrutura. De acordo com Jean-François Six, a sua dinâmica assenta em várias dicotomias:

---

*permet leur transformation sous la forme d'un compromis”.*

<sup>14</sup> *“la médiation veut rapprocher mais sans confusion; elle veut distinguer mais sans séparation. Dès lors, la médiation, impulsée par un tiers, veut naître du ‘3’, c’est-à-dire veut faire en sorte que, de ce dialogue-confrontation en présence, naisse quelque chose qui ne sera ni la solution unilatérale du premier ni la solution unilatérale du second mais une issue originale réalisée par l’un et l’autre ensemble, une issue qui n’appartient à aucun des deux (...) mais à tous les deux, comme un enfant surgit de deux parents”*.

*“ da teoria à prática e da prática à teoria, da reflexão à acção e da acção à reflexão, sem que nenhum dos dois membros do binómio seja separado do outro ou domine o outro; uma verdadeira mediação nasce de uniões consecutivas destes binómios ”*<sup>15</sup> (Six, 1995, p. 250).

Por isso, a mediação é um processo em constante recriação, que tem muitas vezes um desenvolvimento inesperado, tal como afirma Beatriz Rebollo:

*“ao transferir de uma cultura para a outra, ao pô-las em contacto, o intermediário pode jogar com um significante do qual não preveja o significado. Ou seja, a mediação comporta sistemas de significados com diferentes chaves de interpretação (...) o mediador tem de criar um critério objectivo que traduza algo que, na maioria dos casos é subjectivo (...) Os limites culturais não são objectivos, apesar de parecerem. Na realidade qualquer limite é uma discriminação construída por e para um determinado grupo. E como tal varia, criando e recriando ao compasso do tempo, o espaço e as circunstâncias numa recategorização contínua e sucessiva ”*<sup>16</sup> (Rebollo, 1997, p.343).

Há certos conceitos que estão associados ao conceito de *mediação* e são muitas vezes tomados como seu sinónimo. É o caso dos conceitos de *conciliação*, *arbitragem*, *negociação* e *resolução de conflitos* que, apesar de autónomos, muitas vezes surgem no decorrer de processos de mediação (Almeida, 2001). Refiram-se algumas diferenças que distinguem todos estes conceitos:

---

<sup>15</sup>*“de la théorie à la pratique et de la pratique à la théorie, de la réflexion à l'action et de l'action à la réflexion, sans que l'un des deux termes du couple soit séparé de l'autre ou prédominant sur l'autre; une vraie médiation naît des unions, sans cesse renouvelées, de ces couples”* (Six, 1995, p.250).

<sup>16</sup>*“pero al trasladar de una cultura a otra, al ponerlas en contacto, el intermediario puede jugar con un significante del que no prevea el significado. O dicho de outro modo, la mediación lleva aparejados sistemas de significados con claves diferentes de interpretación. (...) el mediador necesita crear un criterio objetivo que traduzca algo que, en la mayoría de los casos es subjectivo (...) Los limites culturales no son objetivos, aunque así lo parezcan. En realidad cualquier limite es una discriminación construida por y para un grupo determinado. Y como tal varía, creándose y recreándose al compás del tiempo, el espacio y las circunstancias en una continua y sucesiva recategorización”*.



- a *conciliação* é um processo formal, ou informal, que surge perante um caso de litígio, que exige ou não a intervenção de uma terceira pessoa, e quando esta intervem não tem o poder de decisão; a decisão cabe às partes desavindas que buscam uma solução através da convergência de opinião; o que distingue a *conciliação* da *mediação*, é o facto desta última se aplicar a questões de maior importância e com repercussões a longo prazo;
- a *arbitragem* é um processo formal em que a decisão, é aceite entre as partes desavindas, mas cabe a uma terceira pessoa que não representa nenhum dos dois outros intervenientes;
- a *negociação* é um processo formal, ou informal, que exige ou não a intervenção de uma terceira pessoa, e quando esta intervem não tem poder de decisão; a decisão cabe aos outros dois intervenientes através de um processo de cooperação; o que distingue a *mediação* da *negociação* é o facto de a primeira não se limitar só à negociação, e esta última nem sempre recorrer à mediação;
- a *resolução de conflitos* é um processo formal que exige a intervenção de uma terceira pessoa a quem cabe a decisão da dissolução desses conflitos; a diferença entre *mediação* e *resolução de conflitos* é que a mediação não é um meio de dissolução de conflitos, pelo contrário através da mediação salvagam-se as diferenças numa forma consentânea (Almeida, 2001).

Do ponto de vista social, a mediação é, como vimos anteriormente, potencialmente emancipatória e propiciadora de formas de descentralização do poder, permitindo um maior envolvimento e participação democrática da comunidade, ou seja, permitindo o exercício efectivo da cidadania. É neste sentido que Jean-François Six afirma:

*“a mediação torna-se naquilo que consegue, naquilo que consegue tornar-se: um espaço de criatividade pessoal e social, uma realização da cidadania”.* “Esta só pode encontrar a sua expressão total num regime democrático”<sup>17</sup> (Six, 1995, pp.11 e 202).

<sup>17</sup> “la médiation devienne ce qu'elle peut, ce qu'elle doit devenir: un espace de créativité personnelle et sociale, une mise en oeuvre de citoyenneté.” “Celle-ci ne peut trouver sa pleine expression que dans un régime démocratique”.



A este propósito Helena Almeida refere o conceito de *empowerment* e a relação que estabelece com a mediação: através da mediação estabelecem-se elos de ligação entre os vários intervenientes, favorecendo a sua capacidade de decisão salvaguardando as diferenças individuais por via do *empowerment*, que advoga a participação e responsabilização cívica para a valorização da cidadania (Almeida, 2001).

Podemos distinguir dois tipos de mediação: a *institucionalizada* e a *não-institucionalizada*. Os mediadores institucionais pertencem a organismos estatais ou autárquicos, ou seja, do poder instituído, e os mediadores não-institucionais surgem por vontade ou necessidade da comunidade, e pertencem a associações ou instituições autónomas. Neste último caso, não foram investidos por qualquer tipo de poder, demonstrando um grande sentido de responsabilidade cívica e de solidariedade social, havendo uma total articulação entre *mediação e cidadania* (Six, 1995).

O mediador é um terceiro elemento num processo de construção de uma qualquer realidade fortemente comunicacional no qual desempenha o papel simultaneamente de tradutor, facilitador, negociador, anfitrião, embaixador, parceiro, moderador, descodificador, orientador, catalisador e intermediário entre dois ou mais interlocutores, tendo como cenário diferentes contextos de sociabilidade, sendo por isso a sua identidade redefinida constantemente. Estamos pois a falar basicamente dos agentes culturais, numa forma geral, e de todos aqueles cujas profissões estão directamente relacionadas com a Educação, a Publicidade, o Turismo, a Arte e a Comunicação e os seus dispositivos de difusão, e os elementos que se movimentam nos *fora* transnacionais proporcionados pela globalização. Neste contexto, podem-se definir os mediadores como:

*“actores que descodificam o mundo, que o interpretam, que o transformam para o tornar inteligível, dando-lhe um sentido ao definir os objectivos e as acções concretas para transformar os problemas”<sup>18</sup>* (Almeida, 2001, p.136).

Jean-Fançois Six define o papel do mediador através duma relação ternária que estabelece com os outros dois intervenientes, tornando-se o seu papel fundamental na actual crise da civilização: uma luta entre *binário* e *ternário*, ou seja, entre maniqueísmo e

---

<sup>18</sup> *“acteurs qui décodent le monde, l’interprètent, le transforment pour le rendre intelligible, lui donnent un sens en définissant des objectifs et des actions concrètes dans le but de transformer les problèmes”.*

valorização duma terceira dimensão nas pessoas e situações. Neste sentido, a figura do mediador é potencialmente *des-diferenciadora*, pois dilui as fronteiras entre o *eu* e o *outro* (Lash, 1990).

Helena Almeida distingue as seguintes estruturas fundamentais num processo mediador (Almeida, 2001):

- a *terceira pessoa*  
a intervenção dum terceiro elemento que quebra com o dualismo estabelecido entre os outros dois elementos criando uma tríade que resulta duma ligação voluntária entre todos os intervenientes, desencadeando uma nova relação entre eles;
- um *não-poder*  
a interposição duma terceira pessoa não implica que ela tenha o poder de decisão porque a sua autoridade é unicamente moral, bem pelo contrário, ela deve suscitar nos outros intervenientes a possibilidade de encontrarem livremente uma solução;
- uma *catálise*  
a mediação é uma acção que se processa por catálise<sup>19</sup>; o mediador, tal como um catalisador tem uma dupla função: por um lado provoca reacções perante uma situação de equilíbrio instável, por outro lado acelera essas reacções, provocando assim uma transformação na qual não é o seu iniciador ou ‘motor’;
- uma *comunicação*  
num processo de mediação a comunicação assume um papel essencial pois é através desta que se estabelece o diálogo necessário para estruturar a relação entre todos os intervenientes  
(Almeida, 2001).

---

<sup>19</sup> A palavra *catálise* é aplicada em sentido metafórico neste contexto. Em Química fala-se de catálise como a “*modificação da velocidade de uma reacção química, normalmente acelerando-a, por meio de uma substância que não se altera com o processo*” (Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa, 2001, p. 732).



Em suma, podemos definir a mediação como um processo voluntário caracterizado por um conjunto de acções desenvolvidas por uma terceira pessoa imparcial, que suscita a construção de alternativas e mudanças no âmbito dum processo catalisador (Almeida, 2001).

Em certos países, como a França, como já vimos, a mediação está de tal forma difundida que foi criado um Centro que congrega associações de mediação que elaboraram em 1992 uma Carta e um Código de Mediação (Anexo I). Estes indicam os princípios orientadores por que se rege cada processo de mediação, os direitos e deveres dos mediadores, e as respectivas sanções (Six, 1995).

Em Portugal, existe mediação institucionalizada sobretudo no âmbito social. É o exemplo dos mediadores dos Julgados da Paz, criados em 2001 (Lei nº 78/2001 de 13 de Julho) a título experimental em quatro concelhos (Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Gaia). Esta forma de mediação é utilizada para a resolução de pequenos litígios, e por via de meios extra-judiciais, evitando assim duma forma mais simples e rápida recorrer a tribunais. Trata-se também de um caso de parceria entre o Ministério da Justiça e as autarquias locais.

A institucionalização da mediação cultural no nosso país é recente, havendo, no entanto, muitos casos de mediação não-institucionalizada de grande impacto, pois envolvem um grande número de protagonistas e instituições, como veremos nos exemplos que iremos desenvolver a seguir neste capítulo.

## **2. Transversalidade da aplicação do conceito**

### **2.1. Mediação e os média**

Os meios de comunicação, sobretudo os meios de comunicação de massas, em particular a imprensa, a televisão e a rádio, marcaram e continuam a marcar, o mundo moderno pela forma como modificaram o nosso quotidiano. Estes meios têm sido sujeitos a alterações constantes devido à sua estreita relação com a evolução rápida das novas tecnologias que lhe servem de suporte. Daí serem denominados de *auto-estradas da informação*, o que sugere não só a sua rapidez, mas um sistema estruturado em rede (Giddens, 2000).



Anthony Giddens define comunicação como a “*transferência de informação de um indivíduo ou grupo de indivíduos para outro, quer pela fala quer através de um outro meio*” (Giddens, 2000, p.454). Estes meios, os média, actuam como dispositivos de mediação, pois são um terceiro elemento que, actuando como instrumento de difusão, são simultaneamente geradores de informação. Para Paulo Monteiro este terceiro elemento do processo mediador é fundamental, pois legitima muitas das teorias sociológicas que marcam a modernidade.

*“não é por acaso que dois dos maiores sociólogos contemporâneos, Habermas e Luhmann, se centraram ambos nas mediações da comunicação para construir as suas teorias da sociedade actual, em que todas as actividades e instituições reenviam ao campo dos média – ‘média’ aqui no sentido de dispositivos de mediação. Há que pensar a experiência contemporânea tendo em conta a importância fundamental dos dispositivos de mediação, em que de um modo ou de outro relacionam os valores divergentes das instituições”* (Monteiro, 1992, pp.71-72).

Mas nem sempre estes dispositivos de mediação geram informação capaz de traduzir uma imagem fiel da realidade social e cultural, pelo contrário criam representações ambíguas e paradoxais, havendo alterações na conceptualização do social e do cultural. É esta a opinião de Penelope Harvey ao afirmar: “*a diferença entre representação e realidade (...) tornou-se no principal dualismo através do qual o mundo moderno é apreendido*”<sup>20</sup> (Harvey, 1996, p.3). Esta autora considera que são sobretudo os média, que recorrem às novas tecnologias, os principais responsáveis por estas representações que actuam como uma simulação do real (Harvey, 1996).

Os média geram assim um mundo em que real e virtual se confundem e onde a imagem domina:

*“um personagem – que sabemos que é real, conhecido através dos média – é tratado como se fosse irreal, uma mera imagem. De certa forma, ser mediático, é, de facto, já pertencer ao mundo virtual”*<sup>21</sup> (Eco, 1998, p.277).

<sup>20</sup> “*that distinction between representation and reality (...) came to operate as the central dualism through which the modern world is apprehended*”.

<sup>21</sup> “*un personnage – que l’on sait réel, connu à travers les médias – est traité comme s’il était irréel, une pure image. D’une certaine façon, être médiatisé, c’est en effet déjà appartenir au monde virtuel*”.

Para Denis McQuail a mediação pode ter também várias funções paradoxais, pois pode actuar com neutralidade ou mesmo manipular. Este autor resume nalguns pontos a relação, por vezes ambígua, que os média estabelecem com a realidade:

- uma janela aberta a várias perspectivas, mas sempre direccionadas, o que nos impede de ter a nossa própria perspectiva, sem interferência de outros;
- um espelho da sociedade e do mundo, cujas imagens reflectidas são seleccionadas por outros, o que nos impede de ver o que queremos;
- um filtro que selecciona interpreta algumas perspectivas, restringindo, por isso, a visão da sociedade;
- um guia ou intérprete que indica um caminho que possa parecer confuso;
- um fórum ou uma plataforma de informação que permite um intercâmbio com as audiências;
- um interlocutor que pode dialogar numa forma quase interactiva, graças às novas tecnologias (McQuail, 2000).

Umberto Eco refere também a mediação como um filtro, não actuando numa forma restritiva, como para Denis McQuail, mas selectiva perante a quantidade de informação disponível (Eco, 1998).

Por outro lado, o facto dos média serem meios de grande difusão em rede, não evita uma tendência centralizadora nas grandes cidades, tal como refere Jacques Bonnet:

*“a cultura electrónica da informação e da comunicação não permitiu a descentralização da produção cultural; pelo contrário, a produção de imagens, a localização de bancos de dados e o controle dos grandes média encontram-se localizados nalgumas das grandes cidades do mundo”*<sup>21</sup>(Bonnet, 1994, p.49).

Mais uma vez são referidas certas cidades, que se inscrevem no conceito já mencionado de *cidades globais*, como pólos centralizadores da produção cultural.

---

<sup>21</sup> *“la culture électronique de l’information et de la communication n’a pas permis de décentraliser la production culturelle; au contraire, la production d’images, la localisation des banques de données et le contrôle des grands médias se trouvent localisés dans quelques très grandes villes du monde”.*



Anthony Giddens refere ainda outro aspecto importante dos meios de comunicação como mediadores, que diz respeito ao impacto da informação transmitida nas pessoas:

*“as comunicações de massa estão presentes em muitos outros aspectos das nossas vidas e na opinião pública, não apenas por afectarem as nossas atitudes de várias formas, mas também porque são meios de acesso aos saberes dos quais dependem muitas das nossas actividades sociais”* (Giddens, 2000, p.440).

Um bom exemplo de articulação entre os média e a mediação é o provedor dos leitores ou telespectadores. Nalguns países, como em França, o provedor tem mesmo o nome de *mediador*, como é o caso do jornal *Le Monde*. Noutros jornais, como o *Washington Post*, adoptou-se a palavra de origem sueca *ombudsman*. Ao provedor cabe de forma autónoma e independente, entre outras competências, *“avaliar a pertinência das queixas, sugestões e críticas dos leitores, produzindo as recomendações internas que delas decorrem”*, tal como se pode ler no *Estatuto do Provedor do Leitor do Público* (Anexo II). Joaquim Fidalgo, provedor do jornal *Público* entre 3 de Outubro de 1999 e 30 de Setembro de 2001, define, deste modo, a função de provedor:

*“um provedor (...) pode ser útil e necessário tanto para fora como para dentro de portas. Não é por acaso que, noutras paragens, esta figura adopta a designação de ‘mediador’. Ou seja, a ponte (...) entre quem produz a informação e quem a recebe. E nunca é demais recordar que o nome originário de onde nasceu a figura dos provedores - ‘ombudsman’ – designava, na antiga Suécia, aquele que varria a neve para permitir a circulação das pessoas e a sua comunicação”* (Fidalgo, 1999).

Joaquim Fidalgo acrescenta ainda que o provedor é alguém que *“vai tentar descobrir e analisar as falhas, vai suscitar a reflexão interna, vai abrir uma nova porta às queixas, comentários e sugestões dos leitores – vai, enfim, analisar a informação de um ponto de vista que se deseja exterior à lógica da redacção e aos seus mecanismos de autojustificação”* (Fidalgo, 1999).

Podem-se verificar, neste caso, os eixos estruturantes de um processo de mediação já apontados por Helena Almeida:

- uma *terceira pessoa*, pois constitui-se como uma ponte entre o jornal e o leitor;



- um *não-poder*, pois actua de forma independente em relação à redacção;
- uma *catálise*, pois actua como agente de mudança;
- uma *comunicação*, pois estabelece o diálogo entre o jornal e o leitor.

Estamos perante mais um caso de mediação cultural que opera através de instrumentos de mediação característicos da modernidade, e de grande influência junto da opinião pública – os média.

## 2.2. Mediação e diversidade cultural

Quando falamos de mediação e de diversidade cultural, falamos duma plataforma onde interagem diversos grupos culturais que ‘produzem’ outras culturas e não uma simples troca de normas e de valores culturais (Giddens, 2000). Já referimos anteriormente que estas novas formas culturais foram denominadas de *terceiras culturas*. É neste contexto que emergem os processos e dinâmicas mediadoras, como um terceiro elemento que gera novas dinâmicas interculturais, dado as culturas não serem rígidas e estanques.

*“as culturas não são conjuntos rígidos, mas estruturas susceptíveis de mudanças e transformações. É precisamente esta natureza dúctil e maleável que permite a relação intra e intercultural nas suas diversas formas e níveis (...) e que permite, em definitivo, que a mediação possa existir”*<sup>22</sup> (Rebollo, 1997, p.351).

A mediação torna-se desta forma essencial num mundo culturalmente diverso mas também diferenciado:

*“propõe, não a fusão, mas a dignidade da distinção: cada pessoa, cada povo é único”. “Individualizar e integrar: conduzir simultaneamente os dois dinamismos; porque há um dinamismo que distingue impedindo a confusão, ao mesmo tempo que há um dinamismo que aproxima, criando laços de ligação; e os dois dinamismos têm, não só de coexistir, mas também de levar à concertação”*<sup>23</sup> (Six, 1995, pp.16 e 262).

<sup>22</sup> *“las culturas no son conjuntos rígidos, sino estructuras susceptibles de cambios y transformaciones. Es precisamente esta naturaleza dúctil e maleable la que consiente la conexión intra e intercultural en sus diversas formas y grados (...) la que permite, en definitiva, que la mediación pueda existir”*.

<sup>23</sup> *“elle propose, non le fusionnel, mais la dignité de la distinction: chaque personne, chaque peuple, est unique”. “Individualiser et intégrer: mener ensemble les deux dynamismes; car il y a un dynamisme qui*